U.PORTO

CICLO DE ESTUDOS
CRIMINOLOGIA

Insegurança em Contextos Urbanos e Identidade de Género: Um Estudo Exploratório a partir das Experiências de Indivíduos Transexuais

Filipa Teixeira de Sousa e Röseler Ventura

M

2025

Dissertação desenvolvida e apresentada na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, no âmbito da conclusão do Mestrado em Criminologia sob a orientação da Doutora Carla Cardoso e coorientação da Mestre Josefina Castro

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo principal compreender de que forma a identidade de género (homens trans e mulheres trans) influencia as várias dimensões do sentimento de insegurança, nomeadamente o medo do crime, a perceção de risco e a adoção de comportamentos de evitamento, proteção e autodefesa. Para esse efeito, adotou-se uma abordagem qualitativa, recorrendo a entrevistas semiestruturadas com nove indivíduos transexuais (cinco homens trans e quatro mulheres trans) residentes em diferentes cidades portuguesas.

Os resultados evidenciam que a vivência da insegurança é atravessada por múltiplos fatores, entre os quais se destaca a leitura social do corpo e a passabilidade, a condição trans enquanto posição existencial vulnerável e a exposição aos riscos associados à condição feminina. As mulheres trans descreveram uma maior exposição a ameaças associadas à sua expressão de género e relataram sentir-se particularmente vulneráveis em determinados contextos físicos e sociais. Já os homens trans partilharam inquietações relacionadas com a pressão para corresponder a padrões de masculinidade e com a possibilidade de a sua identidade ser questionada.

As estratégias de proteção, evitamento e autodefesa foram fortemente influenciadas pelas experiências anteriores de vitimização e pela perceção de ameaça em determinados espaços e horários. A falta de confiança nas instituições contribui para agravar o sentimento de insegurança face ao que percecionam ser uma recorrente exposição à transfobia.

Os resultados do presente estudo evidenciam a importância de integrar as experiências de pessoas trans nas investigações sobre insegurança urbana, sublinhando a necessidade de políticas públicas que reconheçam e respondam às especificidades destas vivências.

Palavras-chave: Sentimento de insegurança; medo do crime; perceção do risco; adoção de comportamentos; identidade de género; vitimização; género; sexo; transgénero; transexual; crimes de ódio; passabilidade; transição de género.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation was to understand how gender identity (trans men and trans women) influences the various dimensions of feelings of insecurity, namely fear of crime, perception of risk, and the adoption of avoidance, protection, and self-defense behaviors. To this end, a qualitative approach was adopted, using semi-structured interviews with nine transgender individuals (five trans men and four trans women) residing in different Portuguese cities.

The results show that the experience of insecurity is influenced by multiple factors, among which the social reading of the body and passability, the trans condition as a vulnerable existential position, and exposure to risks associated with the female condition stand out. Trans women described greater exposure to threats associated with their gender expression and reported feeling particularly vulnerable in certain physical and social contexts. Trans men, on the other hand, shared concerns related to pressure to conform to standards of masculinity and the possibility of their identity being questioned.

Protection, avoidance, and self-defense strategies were strongly influenced by previous experiences of victimization and the perception of threat in certain spaces and at certain times. Lack of trust in institutions contributes to a heightened sense of insecurity in the face of what they perceive to be recurrent exposure to transphobia.

The results of this study highlight the importance of integrating the experiences of transgender people into research on urban insecurity, underscoring the need for public policies that recognize and respond to the specificities of these experiences.

Keywords: Feeling of insecurity; fear of crime; risk perception; adoption of behaviors; gender identity; victimization; gender; sex; transgender; transsexual; hate crimes; passability; gender transition

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão à minha orientadora, Doutora Carla Cardoso, e à coorientadora, Mestre Josefina Castro. A ambas agradeço o apoio fundamental e a orientação preciosa ao longo de todo este percurso. À Mestre Josefina Castro, em particular, deixo uma nota especial de admiração — foi minha professora na licenciatura e é, desde então, uma referência que muito estimo. À Doutora Carla Cardoso, deixo igualmente um agradecimento especial pelas palavras amigas e encorajadoras, que foram essenciais para que encontrasse a motivação necessária para concluir esta tese. Sem a dedicação, disponibilidade e incentivo destas duas profissionais que tanto admiro, esta dissertação não teria sido possível.

Agradeço, do fundo do coração, à minha mãe e à minha avó, que foram um verdadeiro pilar de força e encorajamento. A sua presença constante e inabalável fé em mim deram-me o impulso necessário para avançar, mesmo nos momentos mais desafiantes. Ao meu pai, que já não se encontra fisicamente presente, deixo um agradecimento eterno — a sua resiliência e força permanecem em mim e acompanharam-me a cada passo desta jornada.

Ao meu namorado, agradeço pelo apoio emocional incansável e pelas muitas horas que passou ao meu lado, lembrando-me sempre que eu era capaz. A sua presença foi um verdadeiro alicerce durante todo este processo.

Por fim, agradeço aos meus amigos, pelo apoio incondicional, pelas palavras de incentivo e por nunca deixarem de acreditar em mim. Cada gesto e cada palavra foram essenciais para que chegasse até aqui.

A todos, o meu mais sincero e emocionado agradecimento.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO 1
Capítulo I- Enquadramento teórico 3
1. A (in)segurança 3
1.1. O conceito 3
1.2. Componentes do sentimento de insegurança 4
1.3. Fatores do sentimento de insegurança 6
1.3.1. Vitimização (direta e indireta) 6
1.3.2. Fatores ambientais 8
1.3.3. Fatores sociodemográficos 11
2. Transexualidade, insegurança e vitimização 14
2.1. Transexualidade 14
2.2. Experiência de insegurança e vitimização 16
2.3. Vulnerabilidade e socialização de género 18
2.4. Natureza oculta da vitimização 24
Capítulo II- Metodologia 26
1. Objetivos e Questões de Investigação 26
2. Descrição e fundamentação da metodologia 27
2.1. Caracterização do estudo 27
2.2. Amostra 27
2.3. Guião de entrevista 27
2.4. Procedimento de recolha de dados 29
2.5. Procedimento de análise de dados 29
Grupo III- Resultados 31
Grupo IV- Discussão dos resultados 59
Referências bibliográficas 66
Anexos 70

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, desenvolvida no âmbito de Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, pretendeu explorar as experiências de insegurança em indivíduos transexuais (mulheres trans e homens trans).

A escolha deste tema surge da necessidade de aprofundar a compreensão sobre a forma como diferentes identidades de género experienciam a insegurança no ambiente urbano. O presente estudo foi desenvolvido com base na tese de Doutoramento da Professora Doutora Inês Guedes (2017), cuja investigação, à semelhança de outros contributos relevantes na área, evidenciou diferenças estatisticamente significativas na perceção do sentimento de insegurança entre mulheres e homens. Estes resultados suscitam uma problematização em torno do papel do género enquanto variável influente na construção subjetiva da insegurança.

Apesar das contribuições valiosas de investigações anteriores, há uma lacuna na literatura científica relativamente à relação entre identidade de género transexual (mulheres trans e homens trans) e sentimento de insegurança. Ou seja, a maior parte dos estudos concentra-se nas experiências de homens e mulheres cisgénero, deixando de parte as experiências e desafios enfrentados por indivíduos transexuais.

Assim, pretende-se compreender de que forma a identidade de género influencia a insegurança subjetiva, contribuindo para um debate mais inclusivo e informado sobre as dinâmicas de género na construção deste sentimento. Serão exploradas as experiências de insegurança (na sua componente emocional, cognitiva e comportamental) tendo em conta os contextos físicos, sociais, temporais e processos de vitimização vivenciados por estes indivíduos.

A estrutura deste trabalho é composta por quatro capítulos. No primeiro capítulo é desenvolvido o estado da arte a respeito dos objetos de estudo relevantes para a presente dissertação, nomeadamente a definição de segurança e insegurança, e as componentes do sentimento de insegurança (emocional, cognitiva e comportamental).

São abordados os principais fatores associados ao sentimento de insegurança, frequentemente referidas na literatura como seus correlatos. Entre estes incluem-se a vitimização (direta e indireta), os fatores ambientais e os fatores sociodemográficos (que inclui a idade, estatuto socioeconómico, escolaridade, etnia e sexo). No âmbito destes fatores é dado um especial relevo ao género. Por fim, avançamos com a definição de conceitos essenciais para a compreensão da temática da presente dissertação,

nomeadamente com a distinção entre sexo e género e a distinção entre transgénero e transexualidade.

O segundo capítulo diz respeito à descrição da metodologia selecionada para o desenvolvimento da presente dissertação. Primeiramente, avançamos com a descrição dos objetivos e questões de investigação que pretendemos estudar. Posteriormente caracterizamos o presente estudo qualitativo e expomos o instrumento que utilizamos (entrevistas semiestruturadas) e caracterizamos a constituição amostra (cinco homens trans e quatro mulheres trans). Neste capítulo fazemos ainda referência ao procedimento de análise de dados que segue o método de análise temática.

O terceiro capítulo corresponde à análise de dados, onde são apresentados os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas, organizados em quatro eixos temáticos principais: (1) Visibilidade/Passabilidade, Condição Trans e Atores da Insegurança; (2) Situações, Contextos e Atores da Insegurança; (3) Experiências de Vitimização; e (4) Estratégias de Autoproteção, Resistência Emocional e Construção de Redes de Apoio. Cada tema é explorado a partir das narrativas das mulheres trans e dos homens trans, permitindo identificar especificidades e pontos de convergência entre os dois grupos.

O quarto e último capítulo diz respeito à discussão dos resultados obtidos na presente investigação, articulando-os com o enquadramento teórico apresentado no primeiro capítulo. São destacadas as principais conclusões do estudo, incluindo a influência da passabilidade no sentimento de insegurança, os contextos e atores associados às experiências de insegurança, as diferenças na expressão da insegurança entre homens e mulheres trans e as estratégias adotadas para lidar com a vitimização.

Capítulo I- Enquadramento teórico

1. A (in)segurança

1.1. O conceito

Para compreender o que é a insegurança configura-se necessário abordar primeiramente o conceito de segurança.

A segurança é um conceito bastante vago e fluido, não existindo, portanto, um consenso sobre a sua definição. Para tal contribui o facto de assumir diferentes significados em diferentes momentos históricos e espaciais, associados a condições sociais, políticas e culturais específicas (Zedner, 2003).

A segurança tem diferentes significados dependendo do contexto histórico (tempo) e das particularidades políticas e culturais de cada país (espaço), sendo essencial considerar essas variações para compreender como se organizam e funcionam as instituições e práticas de segurança em cada realidade jurídica e cultural (Zedner, 2003).

Inicialmente, ao nível da segurança, a tónica colocava-se mais em termos da segurança externa onde encontramos a segurança a nível internacional (entre os países), focando-se nas respostas a ameaças externas, onde o Estado tem a responsabilidade de garantir a segurança contra as ameaças de conflito e de intromissão de outro país na vida nacional (e.g., crimes internacionais, organizados ou transfronteiriços) (Zedner, 2003). Com o passar do tempo a preocupação com a segurança interna (ou doméstica) começa a ganhar expressão, com foco na segurança dos cidadãos no desenrolar da sua vida quotidiana, e na contenção das ameaças vindas de indivíduos ou grupos de indivíduos. Ou seja, uma segurança relativa à ordem social (Zedner, 2003).

Lúcia Zedner (2003) define a segurança como composta por duas dimensões: a condição objetiva e a condição subjetiva. A primeira, entendida como a ausência total de ameaças — um ideal utópico de estabilidade e previsibilidade que permita viver sem perturbações, danos ou medo. Neste sentido, verificamos que o conceito de segurança apresentado depende das ameaças, uma vez que a segurança existe enquanto essas ameaças forem evitadas (Brooks, 2010; Guedes, 2016; Zedner, 2003). Por outro lado, a condição subjetiva corresponde à ausência de medo ou apreensão. A segunda descreve os sentimentos, as perceções, um estado mental existencial que varia (no tempo e no espaço), não apenas devido ao risco objetivo, mas também devido à sensibilidade individual face ao risco ou ao perigo (Guedes, 2016; Zedner, 2003).

Kuhn e Agra (2010), adotam uma distinção equivalente na sua definição de insegurança, desdobrando-a em duas dimensões: a dimensão objetiva refere-se à realidade factual, englobando fenómenos como o crime, a vitimização e os comportamentos desviantes num determinado contexto social; já a dimensão subjetiva diz respeito à perceção individual e coletiva dessas realidades, ou seja, à forma como os indivíduos e as comunidades sentem e interpretam o ambiente em que vivem (Kuhn & Agra, 2010).

É ainda de referir que a dimensão subjetiva reflete de algum modo a dimensão objetiva, mas não de uma forma linear (Kuhn & Agra, 2010).

1.2. Componentes do sentimento de insegurança

Tem-se vindo a verificar na literatura científica que o sentimento de insegurança engloba três componentes que se interrelacionam, mas que são distintas: uma componente afetiva que corresponde ao medo do crime; uma componente cognitiva que corresponde ao risco de vitimização; e por último uma componente comportamental onde encontramos os comportamentos adotados por razões de segurança, como os comportamentos de evitamento, de proteção e de autodefesa (Guedes, 2012; Rader, 2017; Kuhn & Agra, 2010). Assim, o risco percebido pode influenciar o nível de medo do crime e fomentar a adoção de comportamentos por razões de segurança (Rader. 2017).

O medo do crime, frequentemente referido na literatura como *fear of crime*, tem sido definido como uma reação emocional negativa desencadeada pelo crime ou por símbolos a ele associados, estando relacionado com perceções de risco e preocupação (Hale, 1996). Apesar de décadas de investigação, ainda não existe um consenso académico quanto à sua definição precisa. Diferentes autores associaram o conceito a vários estados emocionais, atitudes e perceções. Entre as definições destaca-se a de Ferraro e LaGrange (1987), que descrevem o medo do crime como uma resposta emocional negativa provocada pela perceção de ameaça criminosa ou pelos seus símbolos.

É crucial compreender que embora o medo resulte de processos cognitivos ou avaliação de informações, este constitui-se numa emoção, num sentimento de alarme ou pavor associado pela consciência ou expectativa de perigo. É um estado emocional que normalmente vem acompanhado de alterações fisiológicas (e.g., aumento da frequência cardíaca, respiração rápida, diminuição da salivação). O medo é uma emoção comum à maioria dos seres humanos, manifestando-se em diversas situações (e.g., medo de

doenças, medo de cair). O que distingue o medo do crime de outros tipos de medo é o estímulo específico que o desencadeia (Warr, 2000).

Contudo, apenas através desta definição tornar-se-ia difícil distinguir o medo de outras emoções como a raiva, a tristeza, o desespero ou a resignação. Segundo Warr (2000) a dificuldade em definir o medo do crime está relacionada com a capacidade de fazer as corretas distinções entre perceção, cognição e emoção (Warr, 2000).

Outra dificuldade inerente à definição de medo do crime é quando este não é dissociado do risco percebido de vitimização, uma vez que o risco percebido é uma causa do medo e não a emoção de medo em si. Ou seja, o medo é a emoção consequente do risco percebido (Warr, 2000). Ou seja, segundo Warr (2000), o medo pode ser desencadeado de duas formas: por um perigo imediato, que corresponde a uma experiência intensa e imediata, nomeadamente quando um indivíduo é confrontado com um agressor com uma arma ou quando é ameaçado; por antecipação, quando o individuo antecipa eventos suscetíveis de ocorrer no futuro e que, em princípio, não se constituem como um perigo imediato. Assim, a emoção do medo pode surgir tanto na antecipação de possíveis ameaças como em resposta a sinais do ambiente que indiquem perigo, como, por exemplo, uma rua escura (Warr, 2000).

Quando falamos na preocupação face ao crime, estamos a referir-nos a um processo cognitivo através do qual os indivíduos avaliam a probabilidade de virem a ser alvo de uma experiência de vitimização (de crime) (Hale, 1996). Essa avaliação pode basear-se em experiências pessoais e em informações recebidas sobre a criminalidade, nomeadamente através de notícias nos *media* e relatos provenientes de outras pessoas, que contribuem para uma perceção cognitiva sobre o risco de vitimização (Mesch, 2000).

LaGrange e Ferraro (1989) destacam a importância de distinguir entre medo, como dimensão emocional, e preocupação, como dimensão cognitiva. No entanto, apesar de serem conceitos diferentes, eles estão interligados, ou seja, um medo intenso pode aumentar a preocupação ao longo do tempo, enquanto uma preocupação persistente pode tornar os indivíduos mais suscetíveis a sentir medo em certas situações (LaGrange & Ferraro, 1989).

Segundo Gordon e Riger (1989), Moser (2004), Pain (2000) e Valentine (1991), o medo do crime apresenta um impacto negativo tanto na segurança financeira, como no bem-estar físico e emocional, podendo limitar o acesso à educação, trabalho, lazer e restringir a utilização do espaço público minando a confiança entre os membros de uma comunidade. Desta forma, é fácil compreender que o sentimento de insegurança leva as

pessoas a adotarem dois tipos principais de comportamentos, conforme a categorização de Ferraro (1995): comportamentos defensivos ou de autodefesa (e.g., aquisição de armas, cães de guarda e equipamentos de segurança) e comportamentos de evitamento (e.g., restrição da circulação em determinadas zonas e a limitação das atividades diárias) (Hale, 1996; Johnston, 1996).

As práticas preventivas adotadas pelos indivíduos são motivadas pela perceção face ao risco de vitimização que varia consoante a gravidade percebida das ameaças ou atos percebidos ou antecipados e a vulnerabilidade de cada pessoa (Hale, 1996).

1.3. Fatores do sentimento de insegurança

Existem vários fatores que influenciam o sentimento de insegurança. Passamos a abordar de uma forma mais aprofundada a vitimização direta e indireta, os fatores ambientais e o género, uma vez que são estes os aspetos que estão mais diretamente relacionados com o objeto da dissertação.

1.3.1. Vitimização (direta e indireta)

A perspetiva da vitimização sugere que o medo está diretamente ligado ao nível de criminalidade existente ou à perceção que as pessoas têm dessa criminalidade, com base no que ouvem ou sabem sobre ela. Assim, a relação entre o indivíduo e o encontro com o crime pode ser direto, quando a pessoa foi vítima de um crime, ou indireto/vicário, quando a pessoa tem conhecimento de outros indivíduos que tenham sido alvo de um crime, sendo que este conhecimento pode ser adquirido através da própria vítima, por terceiros, ou pelos *media* (Hale, 1996).

Relativamente à vitimização direta, seria expectável que existisse uma relação direta entre a experiência de vitimização e o sentimento de insegurança. No entanto, a evidência científica apresenta resultados mistos. Por um lado, vários autores demonstram uma relação clara entre vitimização e aumento do sentimento de insegurança (Balkin, 1979; Liska et al., 1988; Skogan, 1987; Yin, 1980), enquanto outros apontam para uma relação fraca (Box et al., 1988; Braungart et al., 1980; Garofalo, 1979; Hinderlang et al., 1978; Skogan & Maxfield, 1981; Smith & Huff, 1982), ou até mesmo inexistente (Baker et al., 1983; Hill et al., 1985; Wanne & Caputo, 1987). Esta inconsistência pode dever-se a vários fatores, como a utilização de diferentes formas de operacionalização do sentimento de insegurança — nomeadamente, o uso de indicadores globais que não especificam o tipo de crime (e.g., *"sente-se inseguro na sua cidade?"*) — ou à não consideração de variáveis importantes como a gravidade da vitimização ou o número de

vítimas. Pode ainda haver uma incapacidade de controlar variáveis comuns a pessoas que não foram vitimizadas, uma vez que a experiência direta de vitimização é apenas um dos vários fatores que influenciam o medo. Diversos estudos demonstram que a relação entre vitimização e sentimento de insegurança é moderada por fatores pessoais e sociais, como a personalidade, a resiliência, os laços sociais e a perceção de desordem social (Box et al., 1988; Braungart et al., 1980; Garofalo, 1979). Ou seja, embora a vitimização — direta ou indireta — possa contribuir para o sentimento de insegurança, essa relação não é linear nem previsível, sendo fortemente condicionada por outros elementos de foro individual e social. Autores como Baker et al. (1983) e Hill et al. (1985) reforçam esta ideia, ao demonstrarem que o sentimento de insegurança pode ser mais influenciado pela perceção do risco do que pela experiência direta de vitimização, o que explica o facto de pessoas que nunca foram vitimizadas poderem, ainda assim, sentir-se altamente inseguras. Assim, a diversidade de resultados espelha a complexidade do tema e a necessidade de abordagens multidimensionais para compreender o medo do crime (Hale, 1996).

Autores como Balkin (1979), Liska et al. (1988) e Skogan (1987) demonstram que as pessoas que foram vítimas diretas de crime têm consequentemente um maior sentimento de insegurança, uma vez que este evento reforça a perceção da vulnerabilidade pessoal e um aumento da perceção do risco de vitimização. Skogan (1987) acrescenta ainda que a intensidade do medo que resulta da vitimização direta poderia variar tendo em conta o tipo de crime e as circunstâncias em que o mesmo ocorreu. Ou seja, Skogan (1987) demonstrou que quanto à natureza dos crimes, os crimes violentos (e.g., agressões físicas, utilização de armas) tenderiam a gerar um maior nível de medo nas vítimas, afirmando que a natureza violenta desses crimes podem deixar as vítimas traumatizadas e com um medo persistente de futuras vitimizações. Como termo de comparação, os crimes contra a propriedade (e.g., furtos, roubos, vandalismo) também podem ter impacto significativo no medo das vítimas, embora geralmente com menos intensidade que os crimes violentos. As circunstâncias onde o crime ocorreu também são bastante relevantes, na medida em que se o crime ocorrer em zonas que as pessoas consideravam seguras (e.g., casa, zona residencial, trabalho) pode deteriorar a sensação de segurança e aumentar o medo de futuros incidentes. O horário em que o crime ocorre também é de bastante relevância, uma vez que os crimes que ocorrem durante a noite, quando as ruas estão mais desertas, podem ser percebidos como sendo mais ameaçadores do que os crimes que ocorram durante o dia. O número de agressores também é bastante importante, visto que crimes cometidos por múltiplos agressores podem ser vistos como sendo mais perigosos

e imprevisíveis. Além das consequências imediatas do crime, as consequências pessoais também são fundamentais, no caso de a vítima ter sido agredida fisicamente, ter os seus bens pessoais danificados ou perda de propriedades valiosas.

A vitimização indireta, contrariamente à vitimização direta (que ocorre a um menor número de indivíduos), é comum e difundida. A partir do conhecimento de experiências de vitimização de outros, o recetor da informação pode colocar-se na posição da vítima e reforçar o sentimento de vulnerabilidade. No entanto, mais uma vez, os estudos demonstram resultados mistos (Hale, 1996). Estes podem explicar-se devido ao facto de estarmos face a uma resposta intrinsecamente pessoal que varia tendo em conta o risco (avaliação cognitiva da probabilidade de vitimização) e a perceção sobre o grau de gravidade do impacto da vitimização tendo em conta um tipo de crime específico (Hale, 1996). As experiências indiretas de vitimização podem aumentar o sentimento de insegurança, na medida em que este tipo de experiências pode aumentar a perceção de que o ambiente é potencialmente perigoso e, por isso, levar à perceção de que o risco de vitimização é elevado (Balkin, 1979; Liska et al., 1988; Skogan, 1979). Skogan (1979) enfatiza ainda o efeito difuso e abrangente das experiências de vitimização indiretas, que são capazes de serem propagadas por redes sociais e meios de comunicação (onde os crimes são relatados de forma bastante sensacionalista, podendo exacerbar a perceção de perigo e risco), fazendo com que os indivíduos percecionem que o crime está a ocorrer no seu ambiente próximo.

1.3.2. Fatores ambientais

Incivilidades

Em meados da década de 1970 os investigadores começaram a sugerir que o medo do crime seria mais prevalente do que a insegurança objetiva, uma vez que não reflete apenas a vitimização direta e indireta, mas também porque refletiria condições mais amplas de desordem na comunidade (Perkins & Taylor, 1996).

Neste sentido, devemos ter em conta a teoria das incivilidades, que estabelece que as condições de desordem ou incivilidades físicas e sociais simbolizam negligência da comunidade associado a um colapso do controlo social formal e informal, fazendo com que os locais sejam percebidos como menos seguros (Perkins & Taylor, 1996). As incivilidades sociais incluem problemas como a vadiagem, comportamentos turbulentos, tráfico de droga, embriaguez em público e prostituição (Perkins & Taylor, 1996). Estes comportamentos são vistos como sinais de desordem social, contribuindo para a sensação de insegurança (Skogan, 1986). Já as incivilidades físicas referem-se a estímulos

ambientais, como a presença de lixo na rua, vandalismo, casas vazias ou em ruínas, carros abandonados e terrenos descuidados (Perkins & Taylor, 1996). Tais sinais visíveis de negligência do espaço físico são frequentemente interpretados como indicadores de que a área não está sob controlo adequado, sugerindo maior vulnerabilidade ao crime (Skogan, 1986). Assim, tanto as incivilidades sociais quanto as físicas remetem para uma mesma conclusão: a perceção de desordem seja comportamental ou ambiental gera insegurança.

Ampliando o modelo através de uma perspetiva longitudinal, os investigadores sugeriram que o aumento de sinais sociais e/ou físicos de incivilidades pode, para além de gerar sentimentos de insegurança nos residentes, contribuir significativamente para o declínio progressivo da vizinhança. Quando essas desordens não são tratadas de forma rápida e eficaz, os moradores tendem a perceber a zona como cada vez mais problemática e fora de controlo. Esta perceção leva à erosão da confiança entre vizinhos, bem como na capacidade das autoridades locais de intervir de forma eficaz para conter a desordem e prevenir o crime. Como resultado, aumenta o sentimento de abandono e desorganização, o que pode desencadear processos de retraimento social, êxodo dos residentes e deterioração geral da qualidade de vida na comunidade (Perkins & Taylor, 1996).

Teoria do Broken Windows

Esta teoria sugere que, para além da perceção das desordens físicas aumentar o sentimento de insegurança, pode também contribuir para um crescimento real da criminalidade (Skogan, 1986). Ou seja, os sinais de abandono e negligência visíveis no espaço urbano não apenas geram medo, mas podem efetivamente incentivar comportamentos desviantes e criminosos.

Verifica-se assim que o medo do crime, ainda que baseado em perceções e não necessariamente em dados objetivos, pode ele próprio fomentar um aumento da criminalidade. Quando os indivíduos, movidos por esse medo, optam por permanecer em casa e reduzir a sua presença no espaço público, o nível de vigilância informal nas ruas diminui. Esta redução da circulação e do controlo social facilita a ocorrência de crimes, como demonstrado por Goodstein et al. (1996).

Wilson e Kelling demonstram que a ausência de intervenção perante estes sinais de desordem pode desencadear um "efeito cascata": quando pequenas transgressões, como uma janela partida, não são reparadas, instala-se a ideia de que ninguém se importa com aquele espaço. Essa perceção de abandono e impunidade encoraja novos atos de

vandalismo e desrespeito pelas normas sociais, criando um ambiente propício ao surgimento de crimes mais graves (Wilson & Kelling, 1982).

Teoria dos Signal crimes

A teoria dos *"signal crimes"* sugere que certos crimes (e.g., crimes violentos em locais públicos, vandalismo em áreas residenciais, atos de terrorismo e assaltos à mão armada em zonas consideradas como "tranquilas"), independentemente da sua gravidade objetiva, apresenta um impacto desproporcional na perceção pública de segurança e risco de vitimização. Ou seja, estes crimes atuam como "sinais" que influenciam o sentimento de insegurança dos indivíduos (Innes, 2004).

Innes (2004) explica ainda o processo pelo qual os *"signal crimes"* influenciam a perceção pública. Demonstra que esta influência está intrinsecamente relacionada com a dimensão emocional e cognitiva, uma vez que os *"signal crimes"* provocam uma reação emocional forte e alteram a forma como as pessoas percecionam o risco de vitimização nas suas comunidades, fazendo com que acreditem que a sua área é mais perigosa do que realmente é (Innes, 2004). Este autor examina ainda as características e condições do ambiente físico que também alteram a perceção de insegurança, sendo designadas como *"signal disorders"*. Estas condições do ambiente físico englobam fatores como a luminosidade, configurações das ruas e desordens físicas (Innes, 2004). Neste sentido, as áreas bem iluminadas são consideradas como sendo mais seguras, uma vez que a iluminação "reduz as sombras" (áreas escondidas) onde os criminosos se podem esconder, aumentando assim a visibilidade tanto dos indivíduos como das próprias forças de segurança, permitindo uma maior eficácia na fiscalização da área. Por outro lado, zonas com fraca iluminação são normalmente percecionadas como mais perigosas, contribuindo assim para um aumento do sentimento de insegurança. Assim, ruas com boa visibilidade e múltiplos pontos de fuga são vistas como mais seguras, na medida em que possibilitam uma perceção abrangente do ambiente envolvente e oferecem alternativas de fuga em emergências. Em contraste, becos e ruas sem saída são percecionados como mais ameaçadores, devido ao seu carácter isolado e à ausência de rotas alternativas, o que limita a capacidade de resposta perante um eventual perigo. Relativamente às desordens físicas, espaços bem conservados e com baixos níveis de degradação tendem a transmitir uma imagem de controlo social e de coesão comunitária, sendo, por isso, associados a um maior sentimento de segurança. Em contrapartida, a presença de sinais visíveis de negligência física sugere desorganização e ausência de controlo social, intensificando a perceção de insegurança, mesmo quando os índices de criminalidade efetiva são

reduzidos (Innes, 2004). Ou seja, tanto os crimes como as condições ambientais especificas são indicadores poderosos que moldam a perceção de segurança pública (Innes, 2004).

1.3.3. Fatores sociodemográficos

Idade

No que concerne à idade, tem-se vindo a verificar que os idosos reportam níveis superiores de medo do crime quando comparados com os mais jovens, apesar de apresentarem uma menor probabilidade de serem efetivamente vitimizados (Hale, 1996). Este fenómeno é conhecido como o "paradoxo medo-crime", que corresponde à discrepância entre a perceção do risco de vitimização e o risco real de vir a ser vítima. Ou seja, refere-se a grupos que, embora estatisticamente menos propensos à vitimização, relatam níveis mais elevados de medo do crime (Riggs & Cook, 2015).

Este paradoxo pode estar associado à perceção aumentada de vulnerabilidade física por parte dos idosos. Com o avançar da idade, muitos indivíduos sentem uma diminuição na sua capacidade de defesa ou de fuga perante situações de perigo, o que os leva a considerar-se alvos mais fáceis de crimes como o roubo (Skogan, 1986). Ou seja, as pessoas mais velhas, embora sejam objetivamente menos propensas a serem vítimas de crime, sentem-se mais vulneráveis devido às suas condições de saúde e às alterações físicas associadas ao envelhecimento (Rader, 2017).

Apesar disso, importa referir que os idosos não estão completamente imunes à criminalidade, sendo frequentemente alvo de tipos específicos de crime, como assaltos ou delitos ocorridos no contexto doméstico, os quais se relacionam precisamente com a sua reduzida capacidade de proteção e defesa (Hale, 1996).

Estatuto socioeconómico, escolaridade e etnia

Tendo por base a literatura científica, as minorias étnicas, pessoas de um menor estatuto socioeconómico e indivíduos com menos escolaridade tendem a ser mais temerosos. Indivíduos com menos escolaridade podem ter acesso limitado a informações, nomeadamente a respeito da segurança e dos seus direitos, podendo se sentir mais vulneráveis; indivíduos com baixo estatuto socioeconómico frequentemente vivem em áreas com mais criminalidade e têm menos recursos para se proteger, fomentando a sensação de falta de controlo (Hale, 1996); As minorias étnicas são frequentemente alvo de estereótipos depreciativos (que os associam a comportamentos criminais), perpetuando a marginalização e exclusão social a que este grupo de indivíduos são mais frequentemente expostos, podendo, assim, sentir-se mais vulneráveis (Pain, 2000).

Sexo

O sexo (feminino e masculino) tem sido um dos melhores indicadores do medo do crime, na medida em que as diferenças entre o sexo feminino e o sexo masculino são significativas em qualquer que seja o grupo etário, estatuto socioeconómico, país ou medida de mensuração da insegurança utilizada (Hale, 1996).

Este tema sempre suscitou curiosidade nos investigadores (nomeadamente na literatura científica da criminologia feminista), principalmente quando se depararam com o paradoxo do sexo feminino relatar níveis superiores de medo, de antecipação face ao risco de vitimização e de adoção de comportamentos de evitamento em comparação com o sexo masculino, embora o último costume ser substancialmente mais propenso a ser vítima de crimes (Hale, 1996; Sutton & Farrall, 2005).

Por norma, quando falamos no espaço público, os indivíduos de sexo masculino na sua juventude tende a temer a presença de outros grupos jovens também do sexo masculino, sendo que normalmente pensam em tipos de crime específicos como roubos, furtos ou agressões físicas, o que não os leva necessariamente a evitar esses espaços. Já as mulheres, tanto na sua juventude como posteriormente, tendem a temer com maior intensidade os crimes de agressão sexual num conjunto muito mais alargado de locais, levando ao evitamento de certos espaços públicos principalmente depois de anoitecer e se não estiverem acompanhadas. Não obstante, o sexo feminino aquando da sua juventude tende a sair regularmente depois de anoitecer (nomeadamente para espaços de diversão e convívio) mas calculando sempre o risco e apresentando uma elevada preocupação (Rader, 2017; Whitzman, 2007)**.**

Ou seja, a agressão sexual tem influência sobre o medo do crime sentido pelas mulheres, uma vez que, embora apresentem taxas mais baixas de vitimização por violência, apresentam taxas mais altas de agressão sexual, pois o sexo feminino tem desproporcionalmente maior probabilidade de ser vítima de agressões sexuais em comparação com outros tipos de crime (Hale, 1996).

Esta tentativa de explicação do paradoxo medo-crime entre os homens e as mulheres é baseada em duas hipóteses principais:

(1) “The Shadow of Sexual Assault Hypothesis” (hipótese da sombra do abuso sexual). Esta hipótese foi desenvolvida por Ferraro (1995; 1996), tendo por base o trabalho de Warr (1984), Gordon e Riger (1989) que demonstra que o medo das mulheres em relação ao crime pode ser amplamente explicado pelo medo de agressão sexual. Ferraro (1997) e Warr (1984 e 1985) descobriram que, ao controlar o medo da agressão

sexual, os homens teriam mais medo de crimes violentos como roubos, agressões simples e agressões agravadas que as mulheres (Riggs & Cook, 2015). Neste sentido, o medo relativamente aos outros crimes é "sombreado" (*"shadowed"*) pelo principal medo que é o de agressão sexual. Ou seja, o medo das mulheres de agressão sexual tem sido um fator substancial no medo do crime em geral (Riggs & Cook, 2015).

(2) "The Shadow of Physical Harm Hypothesis" (hipótese da sombra do dano físico), que resulta dos resultados de Cook e Fox (2012) e Lane e Meeker (2003) que verificaram que o dano físico também "ensombra" o medo de outros crimes, considerando que a preocupação com o dano físico direto pode ter um impacto significativo na perceção geral do risco e medo de crimes violentos, tanto em homens como em mulheres (Riggs & Cook, 2015).

Tendo em conta tudo isto, Riggs e Cook (2015) compararam quanto aos dois géneros o impacto do medo de homicídio e o medo de agressão sexual sobre outros crimes violentos como o assalto, roubo, violência doméstica, sequestro e violência de gangues. Os resultados do estudo corroboram a hipótese da sombra do abuso sexual, demonstrando que o medo da agressão sexual tem um forte impacto no medo geral de crimes violentos, particularmente para as mulheres. Este fenómeno está relacionado com a natureza altamente invasiva e traumática deste tipo de crime (associado a várias consequências psicológicas como stress pós-traumático, ansiedade e depressão que geralmente são mais severas e duradouras face a outros tipos de crimes) podendo por isso criar uma sensação geral de vulnerabilidade (Ferraro, 1996; Riggs & Cook, 2015). Embora a hipótese sugira que o medo da violência sexual pode intensificar o medo de outros crimes violentos, também pode influenciar, ainda que com menor expressão, o medo de crimes não violentos. Este medo generalizado reflete uma perceção ampliada de risco e vulnerabilidade em vários contextos (Fisher & Sloan, 2003).

Relativamente à hipótese da sombra do dano físico, os autores também verificaram que o dano físico (como roubos e homicídio) tem um impacto significativo no medo geral de violência, sendo especialmente relevante nos homens. Isso deve-se ao facto de os crimes que envolvem dano físico serem percebidos como ameaças diretas e imediatas à integridade física. Os homens tendem a sentir maior preocupação com crimes que envolvem confronto físico direto, o que pode levar a uma perceção mais ampla de insegurança face a outros tipos de violência. Assim, o medo de crimes como o homicídio e o assalto pode intensificar o receio de outras formas de violência física, como ataques de gangues ou sequestros (Riggs & Cook, 2015).

Em suma, a sombra do abuso sexual tem um impacto mais forte nas mulheres devido à perceção de vulnerabilidade associada ao abuso sexual, enquanto a sombra do dano físico tem um impacto mais forte nos homens, que se preocupam mais com a violência física direta e os riscos a ela associados (Fisher & Sloan, 2003).

Essa perceção do medo, no entanto, nem sempre se traduz diretamente nos relatos das pessoas, especialmente no caso dos homens. Os autores concluem, portanto, que os homens suprimem o seu medo do crime para se alinharem com normas tradicionais de masculinidade, segundo as quais expressar medo é um sinal de fraqueza. Ao utilizar modelos de regressão linear, os investigadores conseguiram quantificar esse efeito: os homens que responderam com mais honestidade (pontuaram mais baixo na escala de desejabilidade social) apresentaram níveis mais elevados de medo do crime do que os homens que deram respostas socialmente desejáveis. Quando corrigido esse viés, os resultados mostraram que os homens, na realidade, podem ter níveis de medo do crime iguais ou até superiores aos das mulheres, contrariando a crença generalizada de que as mulheres têm mais medo do crime (Sutton & Farrall, 2005)

Em contrapartida, as mulheres são tradicionalmente encorajadas a demonstrar os seus sentimentos e a acreditar que necessitam de mais proteção do que os homens (Rader, 2017; Sutton & Farrall, 2005). Segundo autoras feministas como Gordon e Riger (1989), Valentine (1989; 1991; 1992) e Pain (2001) esta necessidade de proteção é alimentada pela presença de uma *"atmosfera envenenada"* que responsabiliza as mulheres pela sua própria proteção contra a ameaça de violação (Whitzman, 2007). Assim, o espaço público é percebido como um local perigoso e os estranhos devem ser evitados tendo em vista a sua proteção face à potencial vitimização (Rader, 2017; Sutton & Farrall, 2005).

Dessa forma, as normas tradicionais de género moldam de forma significativa a experiência de vitimização e o seu relato, uma vez que, para os homens, a conformidade com as normas de masculinidade pode resultar numa minimização do medo ou na relutância em reportá-lo. Já para as mulheres, a conformidade com as normas de feminilidade pode aumentar a perceção do risco e a disposição para relatar o medo (Choi & Merlo, 2021; Cops & Pleysier, 2011).

2. Transexualidade, insegurança e vitimização

2.1. Transexualidade

A distinção entre sexo e género é fundamental para compreender as dinâmicas da socialização de género. Ann Oakley (1972) foi pioneira ao propor uma distinção clara

entre sexo e género, defendendo que o género é uma construção social. Esta ideia foi posteriormente desenvolvida por autores como Blackstone (2003), que destacou o papel das interações interpessoais e ambientais nesse processo de construção. Assim, a identidade de género, ou seja, aquilo que nos leva a identificarmo-nos como homens, mulheres ou com outro género, não deriva necessariamente de fatores biológicos, mas antes de influências sociais e culturais (Jesus, 2012).

O termo sexo refere-se à estrutura biológica dos indivíduos, sendo determinado com base nas características sexuais primárias (Diamond, 2002). Já o género diz respeito a uma construção social e psicológica, que envolve os significados, valores e comportamentos culturalmente associados ao sexo biológico (Blackstone, 2003). Desde a infância, os indivíduos são ensinados a comportar-se e a apresentar-se de acordo com essas normas, interiorizando expectativas sociais específicas para homens e mulheres (Jesus, 2012).

A realidade é que muitas pessoas partem do pressuposto de que o sexo determina automaticamente o género, o que não corresponde à complexidade da experiência humana. Embora seja possível classificar biologicamente os indivíduos como masculinos, femininos ou intersexuais, a vivência do género é muito mais fluida e multifacetada. Este é um fenómeno mutável, que varia de acordo com contextos culturais e históricos e que pode não coincidir com o sexo atribuído à nascença (Diamond, 2002).

Em termos de género os indivíduos podem identificar-se como transgéneros ou cisgéneros. Os cisgéneros são aqueles cujo género e sexo são congruentes (Jesus, 2012).

O conceito *transgénero* é recente e refere-se a indivíduos que veem o género como sendo construído, aberto e em manifestação. É um conceito guarda-chuva que engloba um grupo diversificado de pessoas que, em diferentes graus, não se identificam com os comportamentos e/ou papéis de género associados ao seu sexo biológico (Jesus, 2012). Trata-se de um termo inclusivo que abrange transexuais, travestis, *drag queens*, pessoas não-binárias (incluindo o género fluido), entre outros (Diamond, 2002). Ou seja, diz respeito a identidades cujos estilos de vida são vistos como estando em conflito com as normas de género da sociedade. Assim, os indivíduos transgénero ultrapassam os limites convencionais do género, por exemplo, vestindo-se e apresentando-se em conformidade com o papel de género com que mais se identificam (Turner & Combs, 2009).

O termo *transexual* pode, por vezes, ser mal interpretado, sobretudo por ser confundido com a orientação sexual. No entanto, enquanto esta diz respeito ao género pelo qual a pessoa sente atração sexual, o conceito de *transexualidade* refere-se à

identidade de género. Por essa razão, alguns indivíduos transexuais preferem identificar-se como transgéneros (Turner & Combs, 2009).

Indivíduos transexuais partilham a convicção de que a sua identidade de género não corresponde à anatomia com que nasceram, desejando apresentar ao mundo um género diferente daquele que é associado ao seu sexo. Assim, uma mulher transexual é uma pessoa que não se identifica com o seu sexo biológico masculino e reivindica o reconhecimento legal e social enquanto mulher; o mesmo se aplica ao homem transexual, relativamente ao sexo biológico feminino (Turner & Combs, 2009). Estes indivíduos expressam-se em conformidade com o género com que se identificam. Mulheres transexuais adotam a aparência, o nome e os comportamentos considerados femininos, com o objetivo de serem reconhecidas como tal. Do mesmo modo, homens transexuais assumem uma aparência, nome e comportamentos considerados masculinos, procurando o mesmo reconhecimento (Jesus, 2012).

Com frequência, sentem que a forma como se projetam não coincide com o corpo que possuem, e procuram adequá-lo à imagem de género que têm de si próprios. Para tal, podem recorrer ao uso de roupas específicas, tratamentos hormonais ou, em alguns casos, a procedimentos cirúrgicos. O reconhecimento social enquanto homens ou mulheres é, para muitos, um aspeto essencial (Jesus, 2012).

A maioria deseja submeter-se a terapias hormonais, como por exemplo, estrogénios ou testosterona e, em certos casos, a cirurgias que permitam alinhar o corpo com a identidade de género (Turner & Combs, 2009).

Importa salientar que este processo de transição é, muitas vezes, longo, difícil e emocionalmente exigente. Envolve períodos de introspeção, psicoterapia e aconselhamento, durante os quais realizam autoavaliações para compreender melhor a sua identidade. No entanto, há também quem experimente um percurso mais direto, sem dúvidas quanto à necessidade de transformação física, sustentando a ideia: *"mude o meu corpo, não mude a minha mente"* (Diamond, 2002).

2.2. Experiência de insegurança e vitimização

A literatura científica sobre "violência baseada no género" é dominada pela violência contra a mulher (cis), sendo muito raro que inclua identidades de género não normativas ou não tradicionais (e.g., androgenismo), pouco se sabendo sobre a violência infligida contra estas comunidades, embora seja um tipo de violência crescente (Kidd, & Witten, 2007).

No que diz respeito aos crimes praticados contra os indivíduos transgéneros (que engloba os indivíduos transexuais), é pertinente falar sobre crimes de ódio. Estes podem ser definidos como crimes praticados contra outra pessoa, motivados pelo preconceito ou hostilidade face à vítima (e.g., por pertencer a um determinado grupo étnico, grupo racial, ou se identificar como transgénero). Pode manifestar-se de diferentes formas: através do abuso verbal, comportamentos ameaçadores, danos à propriedade, violência física, sexual e/ou homicídio. Existe, contudo, uma grande escassez de informações sobre experiências de crimes de ódio para alguns grupos, nomeadamente em indivíduos transexuais (Turner, & Combs, 2009).

Os crimes de ódio transfóbicos são motivados pelo preconceito ou hostilidade relativamente a pessoas transgénero, representando uma grande ameaça aos direitos humanos das vítimas, restringindo o direito à liberdade e segurança das mesmas. O sufixo "fobia" diz respeito a uma aversão exagerada e/ou ódio irracional perpetrado através da ideologia sociocultural da conformidade de género (Turner & Combs, 2009). A transfobia diz respeito a uma aversão ou repulsa gerada face a indivíduos que não se ajustem àquelas que são as expectativas de género de uma dada sociedade. Enquanto a homofobia diz respeito ao medo ou aversão face a indivíduos homossexuais, a transfobia, como a própria palavra indica ("trans"), envolve um sentimento de repulsa face a indivíduos transgéneros, nomeadamente transexuais femininos e transexuais masculinos.

Segundo Kidd e Witten (2007), é necessário ter em consideração as particularidades da violência contra indivíduos trans. Estes comportamentos constituem respostas emocionais de afirmação de poder e da própria identidade do ofensor sobre a identidade de outra pessoa e é caracterizado pelo nível de violência brutal que é infligido. É também importante considerar o fenómeno das cifras negras, especialmente no que diz respeito à população transexual. Esta população enfrenta uma certa invisibilidade social, o que contribui para a subnotificação dos crimes de que é alvo. A falta de denúncias por parte das vítimas e testemunhas está frequentemente relacionada com uma perceção generalizada de que o sistema de justiça não tratará o caso de forma adequada. Muitas pessoas trans já tiveram experiências negativas com a polícia, incluindo situações em que foram alvo de crimes de ódio por parte das próprias autoridades. Além disso, mantêm expectativas muito baixas quanto à seriedade com que as suas queixas seriam recebidas e investigadas (Kidd & Witten, 2007; Turner & Combs, 2009).

É ainda importante referir que as mulheres trans e os homens trans apresentam um espectro mais amplo de medo em comparação com as mulheres cis e homens cis, estando

isto relacionado com a sua identidade de género. Assim, além dos medos comuns a respeito da violência física e sexual, apresentam também um medo elevado de crimes especificamente motivados pela transfobia aumentando assim o sentimento de insegurança. Este medo mais alargado dos indivíduos transexuais constitui uma reação direta à discriminação e à violência direcionadas especificamente a pessoas trans (Yavorsky & Sayer, 2013).

2.3. Vulnerabilidade e socialização de género

Sabemos que o medo do crime é frequentemente desproporcional em relação ao risco real de vitimização, mulheres, idosos e pessoas fisicamente mais fracas, por exemplo, exibem níveis elevados de medo, como supramencionado. Neste sentido, Killias (1990) demonstra que a vulnerabilidade, composta por três dimensões interligadas, pode ser a chave para explicar esta disparidade:

(1) Exposição ao risco *(Exposure to risk),* ou seja, a frequência com que o indivíduo enfrenta situações de potencial vitimização. As mulheres estão mais expostas a crimes de agressão sexual, enquanto os homens estão mais expostos a crimes de violência física. Assim sendo, as mulheres estão expostas a um tipo de crime particularmente sério que os homens experienciam apenas em circunstâncias muito excecionais (e.g., nas prisões). Quanto aos fatores sociais, certos empregos aumentam substancialmente o risco de vitimização, por meio de variáveis da atividade de rotina. Neste sentido, profissionais como taxistas, lojistas ou funcionários dos bancos apresentam um maior risco devido ao maior contacto com o público e consequentemente uma maior proximidade a potenciais agressores. No que concerne aos fatores situacionais, as pessoas avaliam os riscos tendo em conta aquilo que percecionam sobre o ambiente que as rodeia. Neste sentido, habitar em áreas com alta criminalidade ou com sinais de desordem (como o vandalismo) potencia o aumento da perceção do risco (Killias, 1990).

(2) Gravidade das consequências (*seriousness of consequences*), ou seja, a perceção do impacto físico, psicológico e social face à possibilidade de vitimização. Assim, no que diz respeito ao impacto físico, o crime de violação produz traumas particularmente sérios e duradouros, que vão muito além do que pode ser experienciado por vítimas de roubo ou de outros tipos de crimes. Neste sentido, parte da diferença nos níveis de medo sentidos por homens e mulheres deve ser atribuída à gravidade das consequências (traumas duradouros). Quanto aos fatores sociais, as vítimas que não possuem uma rede de apoio social e apresentam menores recursos financeiros tendem a sofrer mais com as consequências advindas do crime de que foram alvo, na medida em

que podem ser incapazes de obter cuidados adequados que ajudem a suprimir estas consequências. No que concerne aos fatores situacionais, a vitimização criminal pode ocorrer em circunstâncias onde nenhuma ajuda pode ser esperada. Assim, os crimes que são cometidos em áreas mais isoladas são percebidos como mais graves devido à demora no socorro (Killias, 1990).

(3) Perda de controlo (*loss of control*), ou seja, a incapacidade de se defender, fugir ou mitigar as consequências de um ataque. As mulheres percebem uma menor capacidade de se defenderem face a um agressor. Em média as mulheres têm uma estrutura anatómica que as torna mais vulneráveis a crimes violentos como é o caso das agressões sexuais (Rader, 2017). Neste sentido, uma vez que o agressor tende a ser um homem jovem, as mulheres podem sentir que estão em desvantagem ao nível da força física e na habilidade em se defender, percecionando um maior risco de vitimização. Quanto aos fatores sociais, indivíduos considerados com uma "reputação duvidosa" (e.g., trabalhadoras sexuais) podem evitar a denúncia dos crimes de que foram alvo, aumentando a sua vulnerabilidade. Neste sentido, as vítimas com "reputação duvidosa" são normalmente consideradas como "alvos fáceis" de crimes predatórios (e.g., quando trabalhadoras sexuais estão a oferecer os seus serviços). Este fenómeno pode ser explicado pela alta exposição das vítimas, ou seja, a sua presença à noite em espaços públicos considerados perigosos, acompanhada pela relutância das vítimas em denunciar as vitimizações criminais à polícia, o que pode ser antecipado pelos agressores e potenciar a ofensa. No que concerne aos fatores situacionais, locais escuros e/ou desertos reduzem a capacidade de reagir ou de pedir ajuda. Neste sentido, o medo está fortemente relacionado à capacidade reduzida de reconhecer antecipadamente situações potencialmente perigosas na medida em que os seres humanos se orientam preferencialmente através da visão. Assim, a escuridão encontra-se associada à perda de controlo sobre o ambiente, uma vez que dificulta a visão, potenciando o medo do crime (Killias, 1990).

A perceção da vulnerabilidade dos indivíduos trans face ao crime é moldada por uma série de fatores específicos que se relacionam com a sua identidade de género e com as expectativas sociais em torno da feminilidade e masculinidade heteronormativa (Yavorsky & Sayer, 2013).

Neste sentido, os indivíduos trans podem sentir-se particularmente vulneráveis devido a um conjunto de fatores interligados. Em primeiro lugar, destaca-se a marginalização de que frequentemente são alvo, especialmente mulheres e homens trans,

que enfrentam exclusão social e estigmatização em diversos contextos, como no local de trabalho ou em espaços públicos. Este estigma intensifica a perceção de vulnerabilidade, uma vez que pode estar acompanhado de comportamentos discriminatórios, *bullying* ou até violência motivada por preconceitos sociais e pela falta de aceitação por parte da sociedade. Além disso, sabe-se que pessoas transexuais enfrentam um risco particularmente elevado de serem alvo de atos de violência, o que contribui diretamente para o aumento do medo e da insegurança (Doude & Cook, 2023; Yavorsky & Sayer, 2013).

Outro fator relevante prende-se com a expectativa social de conformidade com normas de feminilidade e masculinidade heteronormativas. Os indivíduos trans são frequentemente sujeitos a uma pressão adicional para se adequarem a estes papéis de género rígidos, e a não conformidade pode desencadear reações de hostilidade ou agressão. Quando percecionam que estão a ser avaliados com base em normas de género com as quais não se identificam, sentem-se especialmente expostos e inseguros. A isto somam-se experiências de exclusão, que ocorrem em múltiplos contextos (desde grupos sociais até ao uso do espaço público) e que aumentam a perceção de vulnerabilidade a ataques ou agressões. Esta insegurança é agravada em locais onde a visibilidade e aceitação das pessoas trans é menor, e onde o medo de serem identificadas como trans pode gerar uma constante sensação de ameaça, sobretudo em ambientes marcados por discriminação (Doude & Cook, 2023; Yavorsky & Sayer, 2013).

Por fim, a própria visibilidade dos indivíduos trans pode tornar-se um fator de risco. Quando a sua identidade de género é detetada com base na aparência ou expressão de género, muitos sentem-se mais expostos a agressões ou atos de discriminação. Esta perceção é amplificada por experiências passadas de vitimização, o que reforça a ideia de que a sociedade é pouco integrativa e, muitas vezes, hostil (Doude & Cook, 2023; Yavorsky & Sayer, 2013).

Embora a questão da vulnerabilidade tenha mais expressão em mulheres trans, os homens trans (bem como toda a comunidade LGBTQ+) também a apresentam. Ao mesmo tempo, indivíduos trans (mulheres trans e homens trans) costumam sentir-se mais vulneráveis em comparação com indivíduos cis (mulheres cis e homens cis) (Doude & Cook, 2023).

Relativamente à aprendizagem de género, esta constitui um processo gradual que se inicia na infância e se prolonga ao longo da vida. Na adolescência, este processo

intensifica-se, sendo acompanhado por uma maior pressão para a conformidade com os papéis de género estabelecidos (Steensma et al., 2013).

Os papéis de género referem-se às expectativas sociais sobre os comportamentos adequados para indivíduos do sexo masculino ou feminino. Estes papéis são aprendidos socialmente e resultam na formação de estereótipos, ou seja, de conceções simplificadas e generalizadas sobre o que é "adequado" para cada género (Blackstone, 2003; Diamond, 2002; Wienclaw, 2011). Tais estereótipos não se baseiam nas características ou competências individuais, mas em normas sociais impostas. Como consequência, indivíduos cuja expressão de género diverge dessas normas são frequentemente avaliados de forma negativa (Buck, 2016).

Historicamente, o papel atribuído aos homens esteve associado à força e a ocupações de risco, enquanto o papel das mulheres se centrava na educação dos filhos e nos cuidados familiares. No entanto, estas distinções estão a esbater-se progressivamente, com ambos os sexos a ocuparem funções que antes lhes eram tradicionalmente vedadas. É importante lembrar que as características atribuídas aos papéis de género variam conforme a época e a cultura (Diamond, 2002).

A perspetiva feminista contribui significativamente para a compreensão dos papéis de género, ao desvincular o género do sexo biológico. Essa visão defende que, tal como os papéis são aprendidos, também podem ser desaprendidos e substituídos por novos, permitindo maior liberdade de expressão de identidade (Blackstone, 2003). A identidade de género, nesse sentido, é entendida como um processo psicológico único e pessoal, e não como algo intrinsecamente ligado à biologia (Buck, 2016).

Não podemos deixar de referir que atualmente devemos fazer uma grande distinção quanto aos papéis de género. Neste sentido falamos em termos da orientação de género individual, que pode ser descrito como (1) tradicional ou (2) não tradicional. Assim, a orientação de género tradicional corresponde às diferenças entre o sexo masculino e feminino onde se assume que o sexo de cada pessoa desencadeia comportamentos específicos. Já a orientação de género não tradicional defende que o comportamento de cada um não é ou não deve ser exclusivamente determinado pelo sexo, onde cada indivíduo tem o direito de determinar aqueles que são os papéis que deseja ocupar (Blackstone, 2003).

Esta socialização de género está profundamente ligada à forma como se perceciona a vulnerabilidade e a agressão sexual. Estereótipos de masculinidade tradicional, como a ideia de que *"os homens não choram"*, não é compatível com as

demonstrações evidentes de vulnerabilidade ou emocionalidade (Rader, 2017; Sutton & Farrall, 2005). Assim, se os indivíduos do sexo masculino forem socializados para acreditar que o medo constitui um sinal de fraqueza, mesmo que sintam medo do crime, raramente o exprimem (Hale, 1996; Rader, 2017; Sutton & Farrall, 2005). Neste sentido, a introdução de escalas de desejabilidade social nos estudos sobre o sentimento de insegurança (como a escala de Crowne e Marlowe (1960) e EPQ-R de Eysenck), onde se mede juntamente com as variáveis de interesse a tendência que os indivíduos apresentam para responder de forma socialmente desejável (Rader, 2017; Sutton & Farrall, 2005), tem permitido analisar melhor este problema. Assim, em termos empíricos tem se concluído que quanto maior a preocupação dos homens em se apresentarem de forma socialmente aceitável, menor é o medo que reportam.

As mulheres transexuais experienciam uma pressão acrescida para se conformarem com normas de feminilidade heteronormativa, ou seja, com padrões socioculturais que ditam a forma como as mulheres devem comportar-se, vestir-se e apresentar-se, com base em ideais tradicionalmente legitimados de feminilidade. Esta pressão está intimamente associada à necessidade de validação de género em contextos públicos. É frequente as mulheres trans sentirem-se impelidas a adotar estratégias acrescidas de conformidade com os padrões normativos de género, procurando ser reconhecidas socialmente como mulheres "autênticas". Para tal, recorrem à reprodução de práticas associadas à heterofeminilidade, como forma de evitar suspeitas quanto à sua identidade trans. Este padrão comportamental foi analisado num estudo empírico com 26 entrevistas semiestruturadas a mulheres trans residentes em duas áreas metropolitanas do Midwest dos EUA, no qual as participantes — todas socializadas como homens — relataram uma intensificação do sentimento de insegurança após a transição de género, associada à adoção de formas de feminilidade heteronormativa, incluindo o vestuário e determinados comportamentos, com o objetivo de aumentar a sua "passabilidade" (Yavorsky & Sayer, 2013). Ao reconhecimento social enquanto mulheres "autênticas" chamamos de "alta passabilidade". O conceito de passabilidade refere-se às experiências de pessoas que nasceram com determinado sexo biológico e que, em diferentes momentos das suas vidas, são percebidas socialmente como pertencentes a outro sexo. Trata-se, portanto, de uma expressão da forma como o corpo é percebido culturalmente como "masculino" ou "feminino" (Duque, 2020). Contudo, a incorporação desta feminilidade normativa acarreta alterações significativas na perceção de segurança subjetiva, na medida em que, ao internalizarem ideologias culturais que associam o corpo feminino à

fragilidade, à submissão e ao risco, muitas mulheres trans experienciam um acréscimo nos níveis de insegurança. A construção social do medo, da vulnerabilidade e do controlo sobre o corpo feminino, tal como descrita por Yavorsky e Sayer (2013), manifesta-se assim na forma como estas mulheres percecionam a sua exposição ao perigo. A interiorização de mensagens que associam a feminilidade à vulnerabilidade contribui, por conseguinte, para um sentimento generalizado de insegurança, muitas vezes intensificado pelo medo da violação, entendido como uma ameaça simbólica e persistente do controlo masculino sobre os corpos das mulheres (Yavorsky & Sayer, 2013).

Estes autores fazem ainda referência à heterossexualidade compulsória, que é descrita como um elemento central da heteronormatividade, funcionando como um sistema de poder que naturaliza, impõe e regula a ligação entre género, sexo (onde o género seria obrigatoriamente o mesmo que o sexo) e sexualidade (onde as únicas relações legitimas seriam as mulheres se sentirem naturalmente atraídas por homens e homens por mulheres). A heterossexualidade compulsória, enquanto estrutura reguladora da ordem de género, reforça a necessidade das mulheres trans se conformarem a formas visíveis e legíveis de feminilidade. A não conformidade, ou a presunção de que uma mulher não seja cisgénera, pode desencadear reações hostis, assédio ou violência, sobretudo por parte de homens heterossexuais, que interpretam a *"ambiguidade de género"* como uma ameaça à sua própria masculinidade ou heterossexualidade. Assim, a apresentação de género das mulheres trans pode expô-las a riscos elevados, uma vez que a não conformidade com as normas de género impostas socialmente é, muitas vezes, alvo de reações hostis e até violentas (Yavorsky & Sayer, 2013).

A experiência de homens trans é igualmente marcada pela complexidade e vulnerabilidade, refletindo a interseção entre identidade de género e as normas sociais hegemónicas de masculinidade. Segundo Doude e Cook (2023), os homens enfrentam riscos específicos de vitimização que resultam não apenas da sua visibilidade como indivíduos trans, mas também da pressão para se conformarem com os padrões normativos de masculinidade tradicional. Esta pressão social atua como uma estratégia de validação e aceitação, mas também expõe os indivíduos a riscos acrescidos (Doude & Cook, 2023).

A conformidade com expectativas de masculinidade, como a expressão emocional restrita, o comportamento assertivo ou a aparência física associada ao corpo masculino, pode ser difícil de atingir, sobretudo quando as suas características biológicas tornam desafiante alcançar os padrões físicos associados à masculinidade. Esta incongruência,

pode aumentar a perceção de vulnerabilidade, gerar experiências de exclusão social e potenciar situações de discriminação, assédio e violência, particularmente em espaços públicos. Assim, para os homens trans, o processo de *"fazer género"* masculino não representa apenas uma afirmação identitária, mas também uma negociação constante com os riscos associados à sua legibilidade social enquanto homens, num sistema que continua a marginalizar as identidades transmasculinas (Doude & Cook, 2023).

2.4. Natureza oculta da vitimização

Para terminar, encontramos ainda a natureza oculta da vitimização, onde podemos verificar que as taxas de vitimização do sexo feminino são subnotificadas, aumentando ainda mais os níveis de sentimento de insegurança. Isto deve-se ao facto das mulheres frequentemente experimentarem formas de vitimização que são menos visíveis e menos relatadas (e.g., assédio sexual e violência doméstica) por motivos como vergonha e estigma, uma vez que a sociedade muitas vezes culpa as vitimas (especialmente em casos de violência sexual) fazendo com que estas não ponderem a procura de ajuda; medo de represálias, uma vez que muitas mulheres temem que ao denunciar o crime venham a ter represálias por parte do agressor; e desconfiança nas autoridades, uma vez que muitas vezes as vitimas sentem que o sistema de justiça criminal não oferece a proteção nem prossegue a justiça de forma adequada (Rader, 2017).

Este fenómeno pode ainda ser verificado quanto ao género masculino, nomeadamente em casos de violência doméstica e assédio sexual, enfrentando barreiras para denunciar esses crimes, nomeadamente o estigma associado à masculinidade aleada à perceção errada de que os homens não podem ser vítimas de violência doméstica e assédio sexual. Assim, estes casos são subnotificados devido à vergonha que sentem e falta de confiança no sistema de justiça (Rader, 2017).

Tal como as mulheres cis, as mulheres trans apresentam uma subnotificação (e invisibilidade) face aos crimes de que são alvo. Tal pode dever-se à desconfiança nas autoridades, que pode ser resultado de experiências passadas de discriminação, assédio ou qualquer tipo de comportamento desadequado por parte das forças de segurança. Ou seja, a perceção de falta de sensibilidade e de respostas adequadas por parte das autoridades pode levar à relutância em procurar ajuda ou denunciar crimes. Além disso, muitas mulheres trans já enfrentaram situações de discriminação ou preconceito ao tentar obter apoio, tendo recebido respostas inadequadas por parte das instituições. A falta de recursos e de uma rede de suporte também contribui para este cenário, pois muitas vítimas sentem que não terão quem as compreenda, apoie ou defenda (Yavosky & Sayer, 2013).

Ou seja, embora mulheres cis também possam apresentar constrangimentos ao denunciar os crimes de que foram alvo, as mulheres trans costumam enfrentar desafios adicionais motivados pela sua identidade de género e pela posição marginalizada que têm na sociedade (Yavosky & Sayer, 2013).

Neste sentido, verificamos ainda que os homens trans bem como toda a comunidade LGBTQ+ também têm uma tendência para a subnotificação de crimes e invisibilidade das experiências de vitimização. Mais uma vez, esta subnotificação está associada a vários fatores: o medo de retaliação por parte dos agressores; a desconfiança nas autoridades, muitas vezes vistas como despreparadas ou insensíveis às identidades de género não normativas; e o receio do estigma e da discriminação, que pode gerar sentimentos de vergonha e medo de julgamento (Doude & Cook, 2023).

Capítulo II- Metodologia

1. Objetivos e Questões de Investigação

A maior parte dos estudos sobre o sentimento de insegurança centra-se nas experiências de indivíduos cisgéneros (homens cis e mulheres cis), deixando de lado as vivências e os desafios enfrentados por pessoas transexuais (homens trans e mulheres trans). Embora os inquéritos populacionais incluam participantes não cis, as análises raramente distinguem as suas experiências, apagando a especificidade da insegurança vivida por estas populações.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender as experiências de insegurança vividas por pessoas transexuais — nomeadamente mulheres trans e homens trans — em contextos urbanos, analisando de que forma estas são moldadas por fatores identitários, contextuais e relacionais. A investigação procura, em particular:

- Compreender como estas pessoas experienciam e expressam a insegurança nas suas dimensões emocional, cognitiva e comportamental, tendo em conta as trajetórias de transição, as diferenças de género e o papel da passabilidade na perceção de risco;
- Identificar os contextos físicos, sociais e temporais mais frequentemente associados à experiência de insegurança, bem como os atores e figuras percecionados como fontes de insegurança;
- Analisar as experiências de vitimização relatadas, incluindo episódios de violência direta, exclusão ou assédio, e compreender a sua relação com a construção subjetiva da insegurança;
- Investigar as estratégias de autoproteção, resistência emocional e construção de redes de apoio mobilizadas pelas pessoas trans para lidar com a insegurança e com a possibilidade de vitimização;
- Analisar comparativamente as experiências de mulheres trans e homens trans nos domínios acima referidos, identificando semelhanças e diferenças na forma como percecionam, experienciam e gerem a insegurança e a vitimização em função do género, da passabilidade e do percurso de transição.

A exploração das experiências da insegurança subjetiva será orientada, em larga medida, pela investigação desenvolvida por Guedes (2017), no âmbito da sua tese de doutoramento, particularmente no que respeita à insegurança como fenómeno

incorporado e relacional. Esta orientação está refletida na construção do guião de entrevista semiestruturada utilizado neste estudo.

2. Descrição e fundamentação da metodologia

2.1. Caracterização do estudo

Face aos objetivos definidos, optou-se por uma metodologia qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas.

2.2. Amostra

Tendo em conta as características da composição amostral, os participantes foram reunidos através de uma amostra por conveniência, a partir da definição dos seguintes critérios de inclusão previamente definidos: homens e mulheres trans; maiores de 18 anos; residentes em contexto urbano ou que nele passem uma parte significativa do quotidiano.

Neste sentido, foi elaborado um post que convidava homens trans e mulheres trans a participarem no presente estudo, dando a conhecer os critérios de inclusão amostral. O post foi publicado no Instagram e os participantes responderam ao anúncio tendo em vista a sua participação, marcando hora e data para a realização da entrevista.

Por este procedimento foram reunidos oito indivíduos, a que se juntou mais um indivíduo acedido através de contacto estabelecido por um dos participantes.

A amostra foi assim constituída por nove participantes (cinco são homens trans e quatro mulheres trans) com idades compreendidas entre os vinte e dois e os cinquenta e um anos. No que diz respeito à situação profissional verifica-se que 6 estão desempregados, sendo que 2 destes estão a frequentar cursos de formação profissional. Os restantes 3 participantes exercem atividades no setor do comércio. Os participantes do estudo vivem ainda em diferentes cidades de Portugal, sendo que a maioria reside no Porto, os restantes residem em Leiria, Ovar, Setúbal e Ourém.

2.3.Guião de entrevista

O guião de entrevista desenvolvido no âmbito do presente estudo teve como fio condutor a estrutura do guião elaborado por Guedes (2016), que foi adaptado em função dos objetivos específicos do presente estudo.

As dimensões principais do guião são: (1) atividades de rotina, (2) contextos físicos sociais e temporais do medo do crime, (3) atores ou figuras relacionadas com o sentimento de insegurança, (4) experiências de insegurança e de vitimização anteriores, (5) estratégias de proteção, (6) intervenção sobre a insegurança, e (7) relação entre a identidade de género e a insegurança. De modo sumário procede-se à caracterização de

cada dimensão, apresentando ainda a titulo ilustrativo algumas questões que integram o guião

A primeira dimensão refere-se à caracterização dos contextos espaciais que os indivíduos costumam frequentar no seu dia a dia, bem como as atividades que aí realizam (exemplo de questões: No nosso dia a dia movemo-nos por zonas diferentes de acordo com as atividades que realizamos. Poderia me descrever as zonas que frequenta e as atividades que realiza nessas zonas?).

A segunda categoria diz respeito à exploração dos contextos físicos, temporais e sociais do medo do crime. De acordo com a literatura, o medo do crime é desencadeado por um conjunto de características ambientais, físicas e sociais e portanto procura-se perceber os significados atribuídos a esses elementos ambientais e a sua relação com a amplificação da insegurança dos indivíduos (exemplo de questões: há espaços que fazem com que as pessoas se sintam mais inseguras ou seguras. Poderia me falar dos espaços que o fazem sentir inseguro? O que é que nestes espaços o faz sentir assim?) (Guedes, 2016).

A terceira categoria contempla os "atores ou figuras" relacionadas com o sentimento de insegurança (Machado e Manita, 2000; Manita Machado, 2000; Machado, 2004). Estas figuras estão associadas frequentemente à perceção de desordens sociais associadas ao sentimento de insegurança (exemplo de questões: Existem tipos de pessoas que a fazem sentir mais insegura?; que características tem essas pessoas que a fazem sentir assim?) (Guedes, 2016).

A quarta categoria refere-se a vitimização anteriores e o sentimento de insegurança. O objetivo é explorar os significados atribuídos às experiências de vitimização, percebendo o impacto na vida dos indivíduos. Neste sentido, tentou-se aceder à forma como os sujeitos descrevem o processo de vitimização e os sentimentos experienciados durante e após o evento criminal; significados atribuídos à vitimização e a sua alteração tendo em conta os tipos de crimes envolvidos; consequências percebidas da experiência de vitimização no sentimento de insegurança (exemplo de questões: Nos últimos meses sofreu algum tipo de vitimização? Pode me falar dessa experiência?) (Guedes, 2016).

A quinta categoria diz respeito às estratégias de proteção. Como sabemos o sentimento de insegurança tem uma componente comportamental, na medida em que os indivíduos adotam medidas de proteção como a autodefesa ou evitamento, sendo que nesta categoria tentamos aceder a estes tipos de comportamentos (exemplo de estão:

Adota alguma medida para a sua segurança no quotidiano? Pode me falar mais sobre isso?).

A sexta categoria refere-se à relação entre a identidade de género e a insegurança. Pretendia-se perceber se os indivíduos transexuais associavam o sentimento de insegurança à sua identidade de género ou não. Deve-se ainda referir que houve um cuidado acrescido em não introduzir a identidade de género antes de esta surgir espontaneamente no discurso do entrevistado (exemplo de questões: Já me falou de várias experiências de insegurança e contextos onde se sentiu mais inseguro. Perante isso, em algum momento estabeleceu uma relação com a identidade de género?).

2.4. Procedimento de recolha de dados

Depois de obtido o parecer favorável da Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, e obtido o consentimento dos participantes, deu-se início à realização das entrevistas que tiveram lugar de 19 de Abril de 2024 a 6 de Maio de 2024, sendo realizadas em formato on-line consoante a disponibilidade dos participantes. Após identificar os indivíduos que manifestaram a sua vontade de participar no presente estudo, os mesmos foram contactados via Instagram, tendo em vista uma explicação breve do objetivo do estudo, bem como o esclarecimento da participação livre e esclarecida. Assim, os indivíduos que aceitaram participar foram informados do dia e da hora da entrevista, tendo em vista a conciliação com a disponibilidade de cada participante, na medida em que as entrevistas foram individuais.

A entrevista teve início com uma breve explicação dos objetivos da investigação e com a recolha do consentimento informado garantindo a participação livre e esclarecida dos entrevistados. O mesmo incluiu o pedido de gravação de áudio da entrevista, que será destruída aquando da finalização da investigação.

Os participantes foram ainda informados que os dados recolhidos são confidenciais, sendo apenas utilizados para os fins da presente investigação. As gravações das entrevistas e as transcrições das mesmas, foram guardadas num lugar seguro e protegido por uma password. Por questões éticas, a identidade de todos os participantes foi anonimizada, aos quais foi atribuído um código de identificação.

2.5.Procedimento de análise de dados

As entrevistas foram gravadas e transcritas na integra e a análise de dados seguiu o método de análise temática (Braun & Clarke, 2006), que tem por objetivos centrais a identificação e análise de padrões temáticos a partir dos dados.

Neste estudo, seguimos o modelo de análise de Braun e Clarke (2006), que compreende seis fases não lineares. Neste sentido, o processo começa com a familiarização dos dados, através da transcrição rigorosa e completa das entrevistas, incluindo expressões verbais e não verbais, mantendo-se o mais fiel possível à sua natureza. Foram também elaborados sumários de cada entrevista com base nas categorias principais do guião, facilitando a identificação de ideias centrais e a criação preliminar de códigos, permitindo uma imersão profunda nos dados e o desenvolvimento de uma compreensão inicial das suas nuances (Braun & Clarke, 2006).

Seguiu-se a codificação sistemática dos dados, combinando uma abordagem dedutiva (baseada nas dimensões teóricas e categorias do guião de entrevista) com uma abordagem indutiva (atenta aos elementos emergentes do discurso dos participantes). Esta flexibilidade metodológica permitiu captar padrões previamente definidos e novas dimensões não antecipadas (Braun & Clarke, 2006; Braun & Clarke, 2012).

Posteriormente, os códigos foram agrupados em temas e subtemas coerentes, através de leituras sucessivas que asseguraram a consistência e representatividade dos dados. Os temas funcionaram como estruturas analíticas centrais, organizadas em torno de uma ideia agregadora partilhada (Flick, 2009; Braun & Clarke, 2006).

De seguida, os temas foram revistos à luz dos dados codificados e do corpus completo das entrevistas, avaliando-se a sua robustez e pertinência, o que permitiu definir claramente o conteúdo e os limites de cada um (Braun & Clarke, 2006).

Cada tema foi então nomeado de forma clara e descritiva, sendo redigidas descrições analíticas acompanhadas por excertos ilustrativos das entrevistas (Braun & Clarke, 2006).

Por fim, os temas validados serviram de base para a construção do relatório analítico, permitindo uma apresentação sistemática, coerente e interpretativa dos resultados, articulando os dados com a literatura e os objetivos da investigação (Braun & Clarke, 2006).

Grupo III- Resultados

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados recolhidos estruturada em torno de quatro eixos temáticos principais: (1) Visibilidade/Passabilidade, Condição Trans e Vulnerabilidade Feminina; (2) Situações, Contextos e Atores da Insegurança; (3) Experiências de Vitimização; e (4) Estratégias de Autoproteção, Resistência Emocional e Construção de Redes de Apoio.

Cada tema é explorado a partir das narrativas de mulheres trans e, posteriormente, de homens trans, permitindo observar tanto especificidades como pontos de convergência entre os dois grupos. No final de cada secção temática, é apresentada uma breve análise comparativa, com o objetivo de evidenciar similitudes e diferenças nas formas como estas experiências são vividas e compreendidas por cada grupo.

1. Visibilidade/Passabilidade, Condição Trans e Vulnerabilidade Feminina

Mulheres Trans

A maioria das participantes estabelece uma associação clara entre o sentimento de insegurança e a transição de género, referindo que a visibilidade trans no espaço público aumenta o risco de violência, assédio e ameaças. Este fenómeno é especialmente sentido quando estão acompanhadas por outras pessoas trans ou queer. Neste sentido, uma das participantes relata episódios de assédio e até ameaças verbais e físicas, tanto contra si como contra as suas amigas, destacando o impacto coletivo da exposição.

"(...) já sei que eu e as pessoas com quem me dou (...) que as pessoas ficam bue a olhar para nós e podem tipo assediar-nos e berrar connosco (...) Já fui assediada e as minhas amigas também... (...) ameaçam-nos, houve um gajo que ameaçou uma amiga minha de faca..." (EM1- mulher)

"Em grupo é muito fácil as pessoas perceberem que nós somos trans (...) então pronto, isso acaba por... por acontecer. Então é isso. Em grupo geralmente sinto-me melhor na rua porque há uma maior diversidade de pessoas." (EM3 - mulher)

Associada à maior visibilidade, e portanto, igualmente geradora de insegurança, a maior proximidade física entre as pessoas proporcionada por determinados espaços (ex.

cafés), favorece a exposição da condição trans, mesmo nos casos em que a transição já permite "a invisibilidade" em espaços mais abertos e menos frequentados.

" (...) às vezes certos cafés como tem tipo uma grande proximidade com as... as pessoas todas têm uma grande proximidade hã.... acabamos por não ir (...) é muito fácil as pessoas perceberem que nós somos trans" (EM3 - mulher)

Nesta insegurança associada à visibilidade, o olhar dos outros, ou certos olhares funcionam como sinal de que a sua condição trans foi detetada, o que desencadeia o receio das consequências e dos riscos que esse reconhecimento pode suscitar. Até os menores detalhes corporais, como a franja levantada pelo vento revelando as *"entradas"* no cabelo, podem desencadear uma ansiedade antecipatória de ridicularização, demostrando como a vigilância sobre o corpo é constante.

*"(...) quando há vento, como me aconteceu uma vez uma situação de ridicularização (...) que, eu tenho tipo entradas (*tenta me mostrar, afastado a franja), não são muito grandes mas quando o meu cabelo levanta com o vento nota-se. (...) por exemplo, agora estava bué vento e eu fui à farmácia (...) Quando eu estava no semáforo a franja estava a levantar (...) há esta sensação de insegurança" (EM3- - mulher)*

A intensidade da insegurança associada à visibilidade está dependente, não apenas de circunstâncias contextuais, mas do que é designado como "passabilidade". Esta refere-se ao processo de transição do género em que foram socializadas para o género com que realmente se identificam, acompanhada pela consequente transformação na aparência física na direção desejada. Assim, quanto mais próxima esta estiver da condição "cis", menos provável é a deteção da condição trans.

Neste sentido, duas participantes referem claramente que o facto de serem percecionadas como mulheres cis facilita a sua circulação em espaços públicos e as protege de certas formas de violência, algo que nem sempre foi possível nas fases iniciais da sua transição. Uma dessas participantes reforça esta perspetiva, indicando que, quando está sozinha, munindo-se da sua alta passabilidade, tenta "misturar-se" com os outros como estratégia de autoproteção, ou seja, estando sozinha (não estando acompanhada de outras pessoas trans) em locais onde existe a presença de pessoas cis, a participante não

é identificada como trans. A passabilidade é, assim, vista tanto como um privilégio quanto como uma forma de camuflagem.

"Tenho a noção que tenho esse privilégio de (...) ser passável. (...) a situação da minha passabilidade, conta esse privilégio, é uma situação que por acaso acaba por também me trazer segurança (...) cheguei a receber lá ameaças de morte, por parte de colegas meus." *(EM2- mulher)*

"(...) consigo... agir de uma forma que me faça misturar mais com o resto das pessoas (...) não me sinto nada confortável, mas também o faço, se for necessário e estiver sozinha." *(EM3 - mulher)*

Esta associação entre passabilidade e insegurança decorre, assim, da maior ou menor dissonância de género que caracteriza a sua aparência e da medida em que essa dissonância é percebida pelos outros. À medida que essa visibilidade da identidade trans se torna mais evidente e a passabilidade ainda não está plenamente alcançada, e em que, portanto, a dissonância é maior, as participantes identificam um agravamento da violência, tornando-se mais explícita, invasiva e perigosa.

"(...) Ainda parecia um homem que simplesmente estava de saltos altos e com roupa mais feminina, talvez aí acabava por ter menos segurança. (...) Cheguei a receber ameaças de morte por parte de colegas meus." (EM2 - mulher)

"(...) No início da minha transição eu era ridicularizada muito frequentemente (...) agora é muito mais raro acontecer sequer coisas, mas as coisas que podem acontecer são muito mais do tipo... violência física. (...)" (EM3 - mulher)

Para além desta componente de insegurança, é ainda percetível no discurso das participantes uma insegurança também associada à condição trans, mas que é menos dependente de elementos contextuais ou das circunstâncias inerentes ao momento de transição, mas que parece acompanhar as participantes "desde sempre", ou seja, independentemente da fase do processo de transição. A maioria das mulheres trans assinalam que a insegurança já existia anteriormente, parecendo decorrer de uma insegurança existencial permanente que decorre da sua própria perceção de si como

diferente e do receio de que a deteção dessa diferença provoque reações hostis. Duas participantes referem que, apesar de serem geralmente percebidas como mulheres cis, a insegurança persiste. Uma delas descreve viver com o receio constante de não corresponder às expectativas e ser rejeitada, mesmo que as pessoas que não a conhecem não tenham como saber que se trata de uma mulher trans. Ainda que beneficie de maior aceitação, continua a sentir-se deslocada em espaços socialmente atribuídos às mulheres cis, como por exemplo lojas de roupa, revelando uma insegurança complexa e internalizada, ou seja, mesmo que agora não seja identificada como trans, no período em que apresentava baixa passabilidade era frequentemente identificada como tal e consequentemente alvo de transfobia, persistindo, portanto, este receio e tendo por isso a perceção de que são espaços *"que não (são para si)"*. Outra participante partilha um sentimento semelhante, trazendo uma dimensão particularmente ansiosa da insegurança atual. Apesar de muitas vezes ser lida como mulher cis, vive com o medo constante de ser reconhecida como mulher trans, especialmente em espaços fechados. Este medo transforma cada interação numa potencial ameaça, agravado pelo facto de o assédio que sofre se assemelhar ao dirigido a mulheres cis, mas com um nível acrescido de risco e ansiedade pelo potencial de "descoberta" da condição trans.

"Tenho a noção que tenho esse privilégio (...) ser passável." (mesmo assim persiste a insegurança) *"(...) E se elas não acharem que eu sou tão passável como eu penso que sou?" "A nível de lojas, (...) mesmo que exista aquela situação da passabilidade hã... e que eu possa entrar nelas sem que me digam nada hã... não me sinto confortável na mesma e tecnicamente sei que não é um espaço para mim, para as pessoas trans em geral (...)" (EM2 - mulher)*

"(...) Mesmo que eles nunca percebam que eu sou trans, eu estou cheia de medo que percebam." "(...) Vai acontecer assédio tipo... como se eu fosse uma mulher cis, mas depois o meu nível de ansiedade é muito maior." (EM3 - mulher)
"Insegura sinto-me todos os dias, principalmente pela condição que eu tenho." (EM4 - mulher)

Esta participante introduz ainda uma reflexão particular e aparentemente paradoxal. Embora reconheça que a exposição da sua identidade possa gerar risco, refere sentir-se menos ansiosa quando percebe que já foi identificada como trans, porque isso

elimina a incerteza do momento em que tal poderia acontecer e das potenciais consequências. Esta antecipação do *"perigo"* transforma-se, assim, numa forma de controlo subjetivo sobre a situação.

"Quando as pessoas percebem que eu sou de trans, eu tenho menos medo porque eu sinto 'okay a pessoa já percebeu'." (EM3 - mulher)

Uma terceira componente do sentimento de insegurança decorre da assunção da identidade feminina e do seu reconhecimento pelos outros. Ser mulher e ser identificada como mulher constitui uma fonte de insegurança que é talvez mais exacerbada pelo facto de terem experienciado antes a *"segurança"* de serem percebidas como homens. De algum modo, as conquistas que são conseguidas ao longo do processo de transição no sentido da aproximação ao que são e ao modo como querem ser percebidas pelos outros é acompanhada da perda de uma *"segurança"* associada à masculinidade.

Durante o período pré-transição, enquanto eram lidas socialmente como homens com expressão de género não normativa, referem ter experienciado formas de hostilidade mais contidas, como olhares ou comentários, mas também uma sensação de maior proteção contra agressões diretas. Esta perceção aponta para o papel do privilégio de género relativamente às formas de hostilidade experienciadas (que antes eram mais contidas).

"(...) Mas viam-me como um gajo e isso é uma diferença fundamental. (...) Era menos de caras, parecia mais seguro, parecia mais só palavras. (...)" (EM1 - mulher)

<u>Homens Trans</u>

Entre os homens trans, a visibilidade associada à transição surge também como um fator profundamente ligado ao sentimento de insegurança, especialmente nas fases iniciais do processo. Os participantes relataram que, ao ainda apresentarem traços lidos socialmente como femininos, tornaram-se mais visíveis enquanto pessoas trans e, consequentemente, mais expostos a comentários, olhares e julgamentos. Essa visibilidade é particularmente acentuada em meios pequenos, onde a familiaridade entre as pessoas intensifica a exposição. A visibilidade forçada levou alguns a evitarem espaços públicos, optando por rotas laterais ou até a isolar-se em casa. Neste sentido um dos participantes relatou que ao viver num contexto onde *"toda a gente se conhece"*, fez com que se

fechasse numa *"bolha"* doméstica. Um segundo participante mencionou o medo de ser abordado ou alvo de violência, mesmo em situações quotidianas, como caminhar em vias principais.

"(...) ainda não estava aparentemente... notava-se ainda que eu estava ainda com traços de mulher (...) sendo um sítio muito pequeno, as pessoas conhecem-se (...) havia sempre algumas pessoas que tinham... o descaramento de (...) mandar uns comentários." "Tentava o máximo possível... melhorar... o meu físico e parecer cada vez mais um rapaz para evitar certos comentários." "Fechava-me um bocado dentro da minha bolha... em casa..." "Quando eu comecei mais a ganhar (...) aspeto (...) eu sentir-me bem comigo mesmo (...) voltei a frequentar e deixei de me submeter a tais... comentários." (EH1 - homem)

"(...) ruas principais, não gosto porque olham muito para mim então... vou mais pelas laterais (...) conheço os sítios mas... isso não significa que à mesma não tenha um certo receio sabes?" "Sempre tive o estilo alternativo... é o suficiente para o pessoal ser desagradável." "Antes da transição... acontecia imenso, eles abrandarem e mandarem bocas... um dos meus maiores medos era um dia meterem-me dentro de um carro." (EH2 - homem)

A passabilidade foi identificada como um elemento ambíguo na vivência dos homens trans. Por um lado, é percebida como um fator de proteção e, por outro, como uma dimensão que, ao estar ausente, amplia a insegurança. Um dos participantes que já atinge uma elevada passabilidade reconhece que essa condição lhe confere maior "segurança", ao ser lido como homem cis. No entanto, essa sensação de proteção não é total, sendo afetada pelo ambiente social em que se insere. Por exemplo, zonas rurais, supostamente com costumes mais conservadores continuam a ser contextos de preocupação, onde a visibilidade da identidade trans (mesmo que fisicamente seja impossível de o identificar como tal) pode emergir, uma vez que as pessoas têm o conhecimento da sua transição.

"Quando eu comecei mais a ganhar (...) aspeto (...) eu sentir-me bem comigo mesmo (...) voltei a frequentar (espaços que antes não frequentava) (...)" "Um sítio mais inseguro (...) onde não haja pessoas como nós." "Se for para uma zona mais rural (...)

nos deixam um bocado mais inseguros." "Ou mesmo um país que tenha certas regras e certos preconceitos... nos deixa sempre mais inseguros." "(...) só sabe quem eu... quem eu quero. (...)" (EH1 - homem)

Por outro lado, participantes que ainda não são lidos socialmente como homens destacam que a ausência de passabilidade os expõe a experiências que já vivenciavam antes da transição, incluindo assédio verbal e abordagens desconfortáveis em espaços públicos. Esta inseguranças revela como a leitura social do corpo, ainda feminino, prolonga formas anteriores de vulnerabilidade, mesmo quando já se iniciou um processo de afirmação de género. A condição de terem sido socializados como mulheres contribui para a persistência de medos que tipicamente afetam o género feminino.

"Ainda não sou passável (...)." "(...) nasci hã... com o género feminino atribuído à nascença, não é? Hã... acabo por pronto ter pronto... certos receios que uma mulher tem, não é? (...)" "Mesmo como uma pessoa trans, eu sei que ainda sou lido como uma mulher, então meio que esses receios ainda não saíram de mim." (EH2 - homem)

"Ainda não estou a tomar... nada, não é? As injeções." "Havia sempre as falhas dos pronomes... porque olham para mim, para o meu corpo, para a minha voz." (EH4 - homem)

Um dos participantes, cuja expressão de género ainda contém alguns marcadores que o identificam como uma pessoa trans, reforça a ideia de que a insegurança está também profundamente ligada à identidade trans em si, especialmente em espaços públicos onde há menos controlo sobre a exposição da identidade. Por exemplo, o uso das casas de banho masculinas surge como um exemplo claro, onde mesmo identificando-se como homem, sente-se inseguro por recear que a sua presença seja questionada ou rejeitada. A insegurança manifesta-se também em situações inesperadas, como o reconhecimento do nome atual por familiares, mostrando que até gestos aparentemente positivos podem gerar ansiedade quando surgem fora do próprio controlo.

"Um sítio onde não me sinto nada seguro é nas casas de banho dos homens, sinceramente..." "Tenho medo que me vejam, sendo uma pessoa trans, e depois que digam alguma coisa ou que me façam alguma coisa." "Os meus primos começaram a

chamar-me por Duarte e eu não estava à espera. E isso deixou-me inseguro. (...)" (EH3 - homem)

A análise das narrativas revela que tanto homens trans quanto mulheres trans experienciam o binómio visibilidade/passabilidade no sentimento de (in)segurança no espaço público. Contudo, as formas como estes fatores impactam cada grupo nas diferentes fases de transição, diferem significativamente. Enquanto para mulheres trans a visibilidade se associa frequentemente a um aumento contínuo da violência ao longo da transição, para homens trans a passagem para a passabilidade masculina parece, na maioria dos casos, reduzir a exposição ao risco.

Esta dimensão está diretamente relacionada com o modo como são lidos socialmente em termos de género, seja pelo facto dos homens trans ainda serem percebidos como mulheres, seja pelo facto de as mulheres trans passarem a ser vistas como mulheres. O fator comum é o facto de estarem expostos a formas de violência e discriminação dirigidas a mulheres (relacionada com a condição biológica ou percebida enquanto mulheres), mas as motivações e experiências específicas apresentam diferenças importantes. Por um lado, as mulheres trans, especialmente aquelas que apresentam maior passabilidade, passam a enfrentar os mesmos riscos que outras mulheres em espaços públicos, como o assédio ou a violência sexual, porque são lidas socialmente como mulheres. Por outro lado, no caso dos homens trans, especialmente aqueles em início de transição ou com baixa passabilidade, a insegurança surge pela continuação de experiências de leitura social como mulheres, independentemente da sua identidade de género, e para além disso, do facto da sua diferença face à condição de mulher ser visível, ainda que não sejam percebidos como homens. Enquanto não são reconhecidos socialmente como homens, continuam a sofrer assédio, julgamentos e constrangimentos que já experienciavam enquanto eram lidos como mulheres.

A análise das entrevistas evidencia ainda que a insegurança é também profundamente atravessada pela própria condição de ser trans. Esta insegurança identitária manifesta-se de forma transversal, ainda que com nuances distintas entre mulheres trans e homens trans. Ou seja, enquanto nas mulheres trans a insegurança é mais contínua, estruturante e ligada à falta de reconhecimento enquanto mulheres, nos homens trans aparece de forma menos intensa e prevalente e mais situacional, focada em momentos e espaços onde há risco de exposição (ex. casas de banho masculinas) ou onde as normas sociais de género são mais rígidas.

2. Situações, contextos e atores da insegurança

As componentes da insegurança vivida por pessoas trans articulam-se em torno de contextos e situações concretas que são recorrentemente apontadas como inseguras. Esses fatores não surgem de forma isolada, mas interligam-se num quotidiano marcado por experiências de vigilância, antecipação de violência e medo constante, sobretudo em espaços públicos, períodos noturnos e ambientes de socialização. Tanto mulheres trans como homens trans identificam cenários específicos que desencadeiam sentimentos de vulnerabilidade, revelando como a insegurança é socialmente produzida e subjetivamente vivida a partir das interações com o espaço e com os outros.

Mulheres Trans

Os contextos e situações específicas desencadeadoras de insegurança que são partilhadas pelas participantes evidenciam a presença transversal do medo, da vulnerabilidade e da antecipação de várias formas de violência no quotidiano das mulheres trans. As narrativas das participantes mulheres trans revelam um conjunto consistente de contextos que despertam sentimentos de insegurança, moldados pela experiência trans no espaço público e privado.

Todas as participantes identificam o espaço público durante o período noturno como um dos contextos mais recorrentes de insegurança. A maioria das participantes expressam receio em circular sozinhas à noite, apontando fatores como ruas desertas, fraca iluminação e a presença de indivíduos, especialmente homens alcoolizados, sendo que a ausência de pessoas disponíveis para ajudar em caso de emergência amplifica esta vulnerabilidade. Por outro lado, uma das participantes embora não relacione diretamente o perigo ao período noturno, refere evitar espaços de socialização como discotecas devido à proximidade física com outras pessoas e à maior vulnerabilidade que tal situação acarreta.

> *"Voltar sozinha às duas da manhã pelas ruas do Porto, não é algo muito... muito seguro para mulher nenhuma, muito menos para alguém que não é biologicamente isso." (EM2 – mulher)*

> *"Se for sair à noite eu não volto sozinha e não vou sozinha para sítios que sejam muito longe à noite, pode acontecer alguma coisa e eu não ter ninguém a quem recorrer." (EM3 – mulher)*

A maioria das participantes também descrevem locais específicos que desencadeiam sentimento de insegurança, traçando assim uma geografia subjetiva do risco. Duas participantes apontam zonas urbanas com elevada concentração de bares e turistas, salientando o consumo excessivo de álcool e a objetificação feminina como fatores agravantes. Por outro lado, uma das participantes refere a hostilidade vivenciada em espaços como balneários ou praias, onde a exposição do corpo aumenta a perceção de vulnerabilidade.

"Há todo um espírito de... de bebedeira total, mandar piropos às gajas (...) e aí é onde eu me sinto mais insegura." (EM3 – mulher)

"Porque não somos tratados como quem somos e somos vistos como mais perigosos ou estranhos ou whatever." (EM1 – mulher)

Os contextos de socialização quotidiana, mesmo aqueles aparentemente inofensivos como cafés, universidades e centros comerciais, são igualmente descritos como espaços de tensão pela maioria das participantes. Neste sentido, uma das participantes introduz uma dimensão mais psicológica e antecipatória da insegurança, referindo o desconforto associado à exposição prolongada em espaços fechados, onde a sua identidade de género pode ser desvendada.

"Apanhei conversas muito desconfortáveis, nomeadamente as questões da casa de banho, onde deveria ir obrigatoriamente à casa de banho dos homens." (EM2 – mulher)

"Se estiver num espaço fechado muito tempo, com as mesmas pessoas, (...) há mais probabilidade disso acontecer [ser reconhecida como mulher trans]." (EM3 – mulher)

Os olhares insistentes e intimidantes de desconhecidos no espaço público, sobretudo por parte de homens, são experienciados como prenúncio de possível agressão pela maioria das participantes. A violência verbal e as ameaças de agressão física marcam profundamente esta vivência. Os insultos transfóbicos e homofóbicos, para além de profundamente ofensivos, funcionam frequentemente como prenúncio de uma potencial

escalada de violência física. O medo de ser reconhecida como mulher trans no espaço público torna-se uma fonte de insegurança diária, transformando simples deslocações em situações de potencial risco de agressão. Esta ansiedade constante em torno do "passar" ou não como cisgénero converte o espaço público num território de vigilância permanente.

"(...) vão me chamar tipo 'paneleiro', 'roto', hã... 'isto é um homem ou uma mulher', 'o que é isto?' (...) e... e às vezes isso parte para... tipo para se aproximarem e mandarem bocas" (EM1 – mulher)

"O que realmente me torna mais insegura no meu dia a dia é perceber que se eles perceberem que eu sou trans na rua, o que é que vai ser de mim?" (EM2 – mulher)

Esta violência que as participantes antecipam é muitas vezes uma violência extrema. Neste sentido, uma das participantes destaca o impacto psicológico de ser observada fixamente na rua associando à antecipação de assédio ou violência, desencadeando estratégias de autoproteção como evitar o contacto ou manter distância física para minimizar o risco. Esta vigilância visual constante cria um estado de alerta permanente. Duas participantes acrescentam ainda que a visibilidade do corpo feminino, especialmente quando expresso através de vestidos curtos ou de roupas consideradas mais reveladoras durante a noite, amplifica significativamente a perceção de vulnerabilidade. Neste contexto, o medo de ser observada e objetificada enquanto mulher combina-se com a apreensão constante da "descoberta" como mulher trans, dualidade que potencializa o risco de reações violentas. A experiência de feminilidade torna-se assim marcada por esta dupla camada de ameaça: a violência de género comum a todas as mulheres e o perigo específico da transfobia. As participantes relacionam ainda o vestuário feminino à falta de mobilidade física potenciando ainda mais a insegurança. Neste sentido, os saltos altos, por exemplo, são associados à perda de capacidade de fuga em caso de necessidade, intensificando a vulnerabilidade física. Cada escolha de vestuário torna-se assim uma equação complexa entre expressão identitária e segurança pessoal.

"eu vou sair à noite, visto tipo um vestido mais curto (...) Vai acontecer assédio tipo... como se eu fosse uma mulher cis, mas depois o meu nível de ansiedade é muito maior,

porque eu sei que tipo... eles vão descobrir a certa altura que eu sou trans, não é? (...)" (EM3 – mulher)

"Ainda por cima ao estar sozinha de saltos altos (...) se precisar de correr, não consigo (...) é normal que ainda me sinta mais insegura." (EM2 – mulher)

O histórico de traumas passados e violência de género moldam profundamente a perceção atual de insegurança. Estes traumas ressoam na avaliação constante de risco, tornando certos percursos ou espaços automaticamente ameaçadores. Por outro lado, uma segunda participante descreve um medo ancorado na consciência da violência transfóbica extrema, onde o sofrimento infligido é visto como intencional e sistemático.

"O objetivo é a tortura o máximo de tempo possível, onde o assassinato é a consequência dessa tortura" (EM4 – mulher)

As dinâmicas de atração entre homens cis e mulheres trans, particularmente em grupos, são descritas como altamente perigosas. Por exemplo, uma das participantes, no seu discurso, relata explicitamente o medo de retaliações violentas por parte de homens que, após manifestarem desejo por ela, percebem que é uma mulher trans, o que pode gerar uma crise de masculinidade e resultar em violência para manter o status perante os pares.

"eles já disseram aos amigos que se sentiam atraídos, portanto na cabeça deles o que acontece é que eles ficam a achar que agora são gays (...) é daí que vai haver um incidente de violência." (EM3 – mulher)

O discurso de ódio nas redes sociais é entendido como uma extensão do ambiente de hostilidade vivido no mundo físico. Uma das participantes chama a atenção para o crescimento do ódio digital direcionado a identidades de género não normativas, reforçando um clima de medo constante e validando socialmente as agressões transfóbicas.

"é notório, principalmente com as redes sociais, o crescente discurso de ódio para tudo quanto é orientação sexual e identidade de género." (EM4 – mulher)

No que diz respeito às figuras de insegurança, as mulheres trans relataram que o sentimento de insegurança está profundamente vinculado à presença masculina em espaços públicos.

Todas as participantes identificaram os homens como os principais responsáveis pelo medo. Estes são associados a comportamentos ameaçadores, como olhares insistentes que se podem transformar em violência física, assédio e violência sexual. Uma destas participantes reforça ainda que *"todos os homens"* representam uma ameaça potencial, sobretudo quando ocupam posições de poder, onde a impunidade tende a perpetuar comportamentos abusivos.

"Costumam ser homens (...) ficam a olhar e ficam tipo..." "já sei que vai acontecer alguma coisa, provavelmente..." (EM1 – mulher)

"Se estiver numa rua onde só estejam homens, por muito que sejam poucos hã... tenho aquele receio de ser outra vez uma situação constrangedora onde eles estão para ali a dizer seja o que quiserem dizer" "me veem quase como um pedaço de carne ou objeto que eles querem ter hã..." (EM2 – mulher)

"Aliás, homens que estejam em posições de poder fazem bué disto (...) não há nada que os impeça." (EM3 – mulher)

A maioria das participantes referiu ainda que o sentimento de insegurança é agravado quando estas figuras masculinas surgem em grupo, especialmente sob o efeito de álcool ou outras substâncias, em locais como bares, festas ou espaços de convívio noturno, aumentando o potencial de violência física. Por exemplo, uma das participantes identificou como cenário de alto risco o momento em que um homem se sente atraído por ela e, ao descobrir que é trans, decide partilhar essa informação com os amigos, especialmente quando estão alcoolizados, aumentando o potencial de violência como forma de afirmação da sua sexualidade, sentindo que ficou com o *"ego"* ferido.

"Quando vejo tipo grupos de gajos especialmente... yah fico um bocado de pé atrás e quero me afastar... porque já sei que vai acontecer alguma coisa, provavelmente." (EM1 – mulher)

"Especialmente assim tipo... com muito álcool [...] tenho medo da violência física."
"eles já disseram aos amigos que se sentiam atraídos, portanto na cabeça deles o que acontece é que eles ficam a achar que agora são gays, isto é uma coisa, estás a perceber? (...) Parece que se sentem rebaixados. (...) Então é uma sensação de humilhação que eles têm e é, e é isso, é daí que vem... que vai haver um incidente de violência, estás a ver?" (EM3 – mulher)

"São só bêbados, toxicodependentes, pessoas que querem contratar as prostitutas para o seu serviço [...] não é o sítio mais seguro do mundo." (EM2 – mulher)

Homens Trans

Nas entrevistas realizadas aos homens trans, é possível identificar um conjunto de contextos e situações que reforçam o sentimento de insegurança e que ajudam a compreender a forma como esta é produzida e vivida no quotidiano.

As interações com desconhecidos constituem um elemento relevante de insegurança nas entrevistas da maioria dos participantes. Neste sentido, um dos participantes descreve episódios de assédio físico por parte de desconhecidos, incluindo mulheres, que o tocam de forma invasiva e sem consentimento, gerando desconforto e confusão. Por outro lado, outro participante relata a ansiedade gerada por grandes multidões em eventos públicos, onde o comportamento dos outros é percebido como imprevisível. Um terceiro participante menciona a sensação de perigo ativada por comportamentos inesperados de condutores de veículos, como abrandamentos ou aproximações súbitas.

"Chegam à minha beira e ainda hoje me batem, me dão palmadas no rabo tipo... porquê?" (EH2 - homem)

"Um.... aperto no peito... assim... parece um receio do que as pessoas podem vir a fazer" (EH5 - homem)

"Houve ali um carro que abrandou ali um bocadinho e depois fez o pisca, pareceu mesmo que ele ia parar" (EH4 - homem)

O medo de agressões físicas ou verbais motivadas pela identidade de género configura uma preocupação central nas narrativas da maioria dos participantes. O medo da violência física é amplificado por relatos recentes de ataques repetidos contra membros da comunidade LGBTQ+ e pelo conhecimento de relatos de pessoas próximas que foram alvo de violência física, criando um clima de ameaça constante.

"Manda uma boca assim para doer e não, não, não são uma, não são duas, não são três pessoas, é o meu grupo todo que cai em cima da pessoa e depois pode gerar problemas tanto na... na justiça como fisicamente" (EH1 - homem)

"Tenho conhecido pessoas que estão a ser... atacadas por ser da comunidade e outras que nem são, que estão a simplesmente atacadas (...)" (EH2 - homem)

"A mim não me aconteceu nada, graças a Deus, mas... a alguns amigos meus sim (...)" (EH5 - homem)

A falta de reconhecimento da identidade de género, também é mencionada como uma fonte de insegurança. Dois dos participantes apresentam um discurso claro neste sentido, referindo o impacto psicológico da persistência da utilização do nome antigo, reforçando a sensação de falta de reconhecimento e rejeição. Um destes participantes reforça ainda que o seu corpo, em fase de transição, não era *"bem aceite"*.

"Sinto um bocado de... medo que me vejam, (...) e depois que digam alguma coisa ou que me façam alguma coisa""O meu irmão ainda me trata pelo nome antigo... a minha mãe também... também não ajuda" (EH3 - homem)

"O meu corpo hã... não era bem aceite porque, lá está..." (EH4 - homem)

As experiências dos homens trans revelam formas específicas de insegurança que não são apenas uma resposta ao espaço urbano, mas também um reflexo das marcas deixadas por interações passadas, pela normatividade cis e por padrões sociais conservadores.

A noite, como espaço-tempo de risco, surge na narrativa da maioria dos participantes. O receio de circular sozinhos, especialmente em horários tardios, é

amplificado pelo conhecimento de casos de violência (própria ou de outros), pela ausência de apoio imediato e pela perceção generalizada da noite como tempo de maior perigo. A noite é, assim, construída como um tempo de maior vulnerabilidade.

"(...) tenho sempre aquele receio de que alguma coisa aconteça, principalmente à noite... mesmo que seja só cinco minutos sozinho..." (EH5 - homem)

"Dar um passeio... é impossível, porque tem acontecido situações de... de mulheres que têm sido abordadas e... estupradas..." (EH4 - *homem*)

Estes eventos transformaram a perceção de espaços outrora neutros- como ruas na zona de residência, ruas periféricas, estações de metro vazias e parques- em espaços de perigo, representando uma rutura na sensação de pertença e segurança (especialmente à noite), revelando a vulnerabilidade face a eventos disruptivos.

"Desde o último ataque dele eu evito descer aquelas escadas que vão dar ao metro (...) porque foi lá!" (EH2 - homem)

"(...) nós evitámos um bocado essa zona aí, que antes estávamos sempre a ir." (EH5 - homem)

A geografia cultural dos espaços também é mencionada. Um dos participantes sublinha uma maior insegurança em contextos pouco diversos, nomeadamente zonas rurais ou países marcados por normas conservadoras. Nesses locais, a ausência de visibilidade trans e a hegemonia de padrões normativos intensificam a sensação de isolamento.

"Se calhar um sítio mais... mais inseguro... que nós podemos sentir talvez seja um sítio onde não haja pessoas como nós..." (EH1 - homem)

Outro espaço identificado como gerador de insegurança são as casas de banho públicas. Um dos participantes descreve a utilização da casa de banho masculina como um momento de elevada tensão e risco. Este contexto evidencia a rigidez dos padrões de

género no espaço público. A casa de banho, mais do que um espaço funcional, transforma-se num território de vigilância e ameaça.

"(...) acabo por sentir um bocado de... medo que me vejam, não sendo... pronto, sendo uma pessoa trans e depois que digam alguma coisa ou que me façam alguma coisa." (EH3 - homem)

Eventos com grandes aglomerações são também referidos como contextos de risco. Um dos participantes manifesta insegurança em contextos de grandes ajuntamentos, como a Queima das Fitas, onde o comportamento errático de outras pessoas, muitas vezes sobre o efeito de álcool ou drogas, aumenta a sensação de vulnerabilidade. Este tipo de situação reforça o estado constante de vigilância do corpo e do comportamento dos outros.

"É de noite... tem muita gente... deixa-me assim um bocado de pé atrás..." (EH5 - homem)

O local de trabalho também pode ser um contexto que causa insegurança, sendo claro no discurso de três dos participantes. Estes participantes destacam conflitos e rejeição nos seus antigos locais de trabalho alimentada pela resistência dos colegas em aceitar a identidade de género dos mesmos. Tais eventos ocorreram numa fase inicial da transição onde os participantes ainda não eram reconhecidos socialmente enquanto homens, revelando a vulnerabilidade acrescida durante as fases iniciais da transição. Um destes participantes acrescenta ainda que a procura de emprego surge como um dos momentos mais críticos, onde o julgamento social se torna evidente.

"Foi onde eu tive experiências menos boas devido à minha situação.... da situação que... pronto, a transição." "Gerava um pouco de conflito relativamente aos colegas de trabalho [...] o meu corpo não era bem aceite porque, lá está..." "É também muito difícil arranjar trabalho (...) há aquela contraditória de voz com nome, o corpo, pronto.... há sempre esse, esse julgamento social." (EH4 - homem)

"Sofri de lá bullying perante um colega e algumas colegas que... eu não era homem... porque homens têm barba... porque homens nascem com um pénis." "Entrei ainda

numa depressão, porque senti que... nada do que eu fizesse [...] era uma luta que já é complicada." (EH1 - homem)

A maioria dos homens trans também identificou os grupos de homens como uma das principais figuras geradoras de insegurança, ainda que com diferentes nuances nas suas experiências.

Um dos participantes associou comportamentos como barulho, olhares insistentes e veículos que abrandam à perceção de ameaça, experienciando ansiedade perante situações em que a masculinidade hegemónica se manifesta de forma coletiva e invasiva.

"Normalmente quando me alarma mais é quando... parece que estão assim... sabes? mais alvoroço, quando estão a fazer mais barulho (...) ou quando ficam a olhar muito (...) especialmente quando são muitos dentro de carros e abrandam." (EH2 - homem)

Um segundo participante, refere-se a um contexto geográfico e cultural específico, identificando os homens indianos como uma figura associada à insegurança. Esta perceção foi relacionada aos relatos locais de agressões sexuais na zona de Fátima, embora o próprio participante reconheça a complexidade e os riscos da generalização.

"Eu não sei se é os hábitos deles, (...) se é a maneira como eles veem as mulheres (...) porque sim, eu estou a falar de indianos porque foram as pessoas que foram identificadas." (EH4 - homem)

Por outro lado, um dos participantes, embora não tenha mencionado diretamente grupos de homens, relatou evitar pessoas com comportamentos agressivos por sentir um aumento da ansiedade, sugerindo uma interseção possível com este tipo de figura masculina grupal.

"Eu... eu quando vejo que as pessoas são assim um bocado mais... não é? Agressivas, tento afastar-me sempre mais um bocado, porque acaba por me dar um bocado mais de ansiedade." (EH5 - homem)

Ambos os grupos partilham o sentimento constante de vulnerabilidade e antecipação de violência, mas apresentam diferenças significativas nas suas experiências quotidianas.

Enquanto que para as mulheres trans a insegurança está muitas vezes ancorada na hipervisibilidade do corpo feminino e na violência de género que pode escalar quando identificadas como trans, para os homens trans ela decorre, sobretudo, da invisibilidade ou da leitura social enquanto mulheres.

Os contextos de insegurança identificados por mulheres e homens trans apresentam pontos de convergência, mas também diferenças significativas. Ambos os grupos referem o espaço público noturno, zonas mal iluminadas, locais desérticos e áreas com grande concentração de pessoas alcoolizadas como particularmente inseguros. No caso das mulheres trans, destaca-se a insegurança em locais de socialização noturna, zonas turísticas e espaços que implicam exposição corporal, como praias e balneários. Para os homens trans, os contextos críticos incluem também casas de banho públicas, local de trabalho, zonas onde ocorreram processos de vitimização e espaços rurais ou culturalmente conservadores, onde a diversidade de género é menos visível.

A presença masculina em espaços públicos surge como um dos principais fatores desencadeadores de medo e insegurança tanto para mulheres trans como para homens trans. No entanto, as razões pelas quais os homens são percebidos como ameaçadores, bem como os contextos em que esse medo se manifesta, diferem entre os dois grupos.

Ou seja, embora ambos os grupos associem a masculinidade a fontes de medo, as mulheres trans vivenciam este medo de forma mais direta e corporal, sendo a masculinidade percebida como uma ameaça constante, visível e diretamente ligada à possibilidade de violência física, sexual ou verbal. Enquanto os homens trans o medo é menos verbalizado em termos de ataque sexual ou físico direto, e mais descrito como um estado de hipervigilância diante de expressões de masculinidade hegemónica.

3. Experiências de vitimização

Mulheres Trans

As experiências de vitimização partilhadas pelas participantes revelam um panorama de violência multifacetada, atravessando contextos públicos e privados, e envolvendo desconhecidos, conhecidos e até familiares.

A maioria das participantes relataram experiências reiteradas de assédio sexual, abordagens invasivas e perseguições em espaços públicos, como ruas, lojas, transportes e outros estabelecimentos. Estas situações envolveram comportamentos sexualizados não consentidos e, por vezes, ameaças à integridade física.

"Já fui assediada e as minhas amigas também... (...) houve um gajo que ameaçou uma amiga minha de faca..." (EM1 - mulher)

"Gajos que vêm ao pé de mim e fazem sons de porno... 'hã, hã'... mesmo ao pé de mim."
"Fiquei cercada numa lavandaria..." (EM3 - mulher)

"Fui seguida até casa... pararam-me na rua e... beijaram-me (...)" (EM2 - mulher)

A maioria das participantes também denunciaram situações de violência sexual em contextos privados, frequentemente perpetradas por pessoas conhecidas.

"Já... fui... hã... basicamente tipo... sexually assaulted... primeiro pela minha primeira ex-namorada... (depois por) um amigo" (EM1 - mulher)

"Ela forçou a entrada no apartamento (...) tentou forçar-me a fazer algo que eu não queria." (EM2 - mulher)

A maioria das participantes também apontaram episódios de humilhação pública, muitas vezes acompanhados de filmagens não consentidas e comentários transfóbicos. Neste sentido, uma das participantes destacou ainda que a vitimização pode intensificar-se quando a sua expressão de género ou relações afetivas desafiam normas cisheteronormativas, notando que o simples facto de estar com uma parceira trans desencadeia reações mais agressivas.

"Um grupo de adolescentes ficou a olhar para nós e riu-se e depois começaram a filmar-nos... tipo com o telemóvel, tipo à distância..." (EM1 - mulher)

"Quando estou a namorar com uma das minhas namoradas (também trans), a transfobia aumenta exponencialmente." (EM3 - mulher)

Em contexto institucional e profissional, duas das participantes também relataram episódios de discriminação. Por um lado, uma delas referiu ter recebido ameaças de morte por colegas de um curso anterior à faculdade, além de situações de rejeição e comentários ofensivos na atual instituição de ensino superior. Por outro lado, outra participante

destacou a exclusão indireta e sistemática no mercado de trabalho, onde a discriminação assume formas mais subtis, mas reconhecíveis enquanto transfobia.

"Cheguei a receber lá ameaças de morte, por parte de colegas meus..." (EM2 - mulher)

"Numa entrevista de trabalho, somos chutadas para canto, mas ninguém nos diz diretamente 'não te aceito porque és transexual'." (EM4 - mulher)

Homens Trans

As narrativas dos participantes homens trans também revelam um quadro complexo de vitimização, atravessado por discriminações de género, violência sexual, exclusão social, assédio e transfobia.

A maioria dos participantes relataram experiências de vitimização relacionadas com a negação da sua identidade masculina. Esta forma de violência manifesta-se através de comentários desrespeitosos, uso incorreto de pronomes e discursos que reforçam estereótipos de género binário.

"Mandar uns comentários de 'ai, tu antes eras muito mais bonito' ou 'tu antes estavas melhor', 'porquê que tu fizeste isto?'" (EH1 - homem)

"Um rapaz que me fez transfobia (...) dizia que a minha voz até metia nojo." (EH3 - homem)

Dois dos participantes descreveram abordagens invasivas em espaços públicos, frequentemente associadas à falta de passabilidade ou a uma aparência que desafia normas hegemónicas de género. Neste sentido, um dos participantes relatou um episódio de humilhação pública, onde um grupo de homens questionou agressivamente a sua identidade de género. Por outro lado, um segundo participante mencionou episódios frequentes de piropos e abordagens indesejadas, como *"bocas"*, devido ao seu estilo endógeno antes da transição.

"Uns homens (...) Muçulmanos (...) parou mesmo à nossa frente e perguntou 'woman or gay? woman or gay?'" (EH2 - homem)

"Fui abordado várias vezes por pedreiros, pessoas na rua (...) bocas, piropos." (EH4 - homem)

Dois dos participantes relataram também experiências de vitimização no contexto familiar, onde a falta de reconhecimento da sua identidade de género constitui uma forma de violência emocional. Um dos participantes descreveu a recusa explícita da tia em utilizar pronomes masculinos, enquanto outro relatou a rejeição da sua identidade por parte do pai.

"Minha tia disse: 'Não te vou tratar por ele (...) nasceste mulher e nunca vais ser homem.'" (EH4 - homem)

Um dos participantes destacou-se por relatar um histórico contínuo de violência sexual, com episódios que se iniciaram na infância e se estenderam até à idade adulta. Estes episódios envolveram abuso infantil, coerção sexual e comportamentos invasivos, com um impacto agravado pela disforia de género.

"Um rapaz mais velho tocar-me na área genital (...) eu tinha sete ou oito anos." "Um rapaz que era meu amigo (...) acordei com ele a tocar-me" "Uma rapariga (...) levou-me para casa dela (...) (começou a) tocar-me nas mamas (...)" (EH2 - homem)

Por outro lado, um dos participantes relatou um episódio de assalto num contexto urbano, com recurso à violência física.

"Apareceram quatro ou cinco indivíduos alterados (...) agrediram dois amigos meus (...) e roubaram algumas coisas." (EH5 - homem)

A análise das narrativas de homens trans e mulheres trans revela que a vitimização é uma realidade transversal à vivência trans, mas que se manifesta de forma diferente entre os homens e mulheres trans. Ou seja, as experiências das mulheres trans apontam para um padrão de hipersexualização, objetificação e violência sexualizada, além de forte humilhação pública e exclusão institucional, onde a identidade de género funciona como gatilho direto para a violência. No caso dos homens trans, a vitimização aparece mais

centrada em invalidação identitária, violência psicológica, abusos sexuais na infância e hostilidade laboral, com menor foco em violência sexual.

4. **Autoproteção, resistência emocional e construção de redes de apoio**

Mulheres Trans

As respostas das participantes mulheres trans à insegurança e vitimização vivenciada refletem uma combinação de estratégias de autoproteção, resistência emocional e construção de redes de apoio.

A maioria das participantes refere evitar qualquer confronto direto com agressores e potenciais agressores, especialmente quando estes são homens cisgénero. Esta postura é motivada pelo receio de uma possível escalada da violência, seja ela física ou psicológica. A adoção de comportamentos de evasão, silêncio e contenção emocional é entendida pelas participantes como uma forma de proteção.

"A maior parte das vezes eu tento fingir que não ouço e continuo a andar." "Porque... na maior parte das vezes são gajos e podem-me foder a boca." (EM1 - mulher)

"Tenho que pensar estrategicamente, quase como se estivesse no meio de uma guerra." (EM2 - mulher)

"Se nós permitimos que nos atinja, essas pessoas ganham. Portanto eu tento que isso não me atinja." (EM4 - mulher)

A ausência de suporte imediato em situações de risco é igualmente relevante. Neste sentido, uma das participantes destaca a dificuldade em comunicar os seus sentimentos de ansiedade quando está acompanhada por pessoas cis que não compreendem a especificidade das suas vivências. Neste sentido, o estar acompanhado por pessoas que partilham a mesma condição trans ou pessoas de confiança constitui uma circunstância que funciona, pelo menos, em parte como protetora. Assim, duas participantes demonstram a importância de estarem acompanhadas por pessoas Queer, trans, neurodivergentes ou por grupos compostos maioritariamente por mulheres, reconhecendo que essas presenças funcionam como amortecedores do risco nas relações interpessoais. A escolha da companhia é, assim, orientada por uma estratégia de proteção social baseada na empatia e compreensão partilhada. No mesmo sentido, os espaços

Queer são vistos não só como mais seguros, como também permitem uma resposta mais assertiva perante situações de potencial assédio, na medida em que existe um elevado nível de compreensão e sensação de proteção nestes contextos. O contraste entre estes espaços e o espaço público normativo é marcante, revelando como a familiaridade com normas inclusivas e o reconhecimento mútuo contribuem para uma maior liberdade de expressão e defesa pessoal. No entanto, uma destas participantes, que apresenta um nível alto de passabilidade, menciona sentir-se mais segura no espaço público quando está rodeada de pessoas cisgénero, precisamente porque a sua identidade trans se torna menos visível. A presença de pessoas cis é interpretada como uma forma de camuflagem ou "passabilidade", onde a segurança é conseguida pela não perceção da diferença, e não pelo reconhecimento identitário.

"E se estou num grupo, tipo de preferência que tenha metade ou mais mulheres ou pessoal Queer ou neurodivergente, qualquer coisa... Trans... etc. Se puder, nem sempre é o caso, mas yah.... Mas tento um bocado por aí." (EM1 - mulher)

"Se eu estiver ao pé de muitas... pessoas cis, é mais difícil de perceberem que eu sou trans, do que se eu estiver ao pé de muitas pessoas trans." "Eu sinto-me segura por estar num contexto em que eu sei que as pessoas têm noção de que há uma existência trans (...) é tão fácil pô-lo a andar neste contexto, porque as pessoas todas que estão à volta têm a noção das coisas." "(...) Porque tipo, um gajo a fazer-se a mim na rua, eu não lhe vou dizer que não assim na cara, porque eu tenho medo do ataque de violência que isso possa gerar, agora se um gajo se está a fazer a mim nesse contexto, Eu mando-o à merda, estás a ver?" (EM3 - mulher)

Existe uma clara relutância em recorrer às autoridades policiais ou ao sistema judicial. A maioria das participantes expressam desconfiança profunda em relação à capacidade das instituições de justiça em garantir proteção ou em reconhecer a gravidade das violências sofridas. A expectativa de revitimização, a falta de acolhimento institucional e o preconceito transfóbico percebido reforçam esta recusa em procurar apoio formal.

"Não vou reportar à polícia uma coisa dessas porque... espero zero consideração." (EM1 - mulher)

"A polícia disse: 'Ela estava bêbada, é expectável'." "Não existiam provas suficientes (...) os elevadores 'não têm câmaras'." "Receberia a mesma resposta: 'Inventas assédio para aumentar teu ego'." (EM2 - mulher)

"Polícias? Os polícias também são transfóbicos. [...] a polícia ainda se ri." (EM4 - mulher)

No campo de ajuda profissonal, duas participantes referem o recurso à terapia como uma das principais estratégias para lidar com o trauma e com a culpa internalizada resultante das situações de vitimização. É também destacado o papel das redes de apoio constituídas por outras pessoas trans, especialmente outras mulheres trans. Uma das participantes enfatiza de forma clara que estes espaços funcionam como fontes fundamentais de validação, partilha e suporte emocional, contribuindo para a construção de uma resistência coletiva frente à transfobia. Por outro lado, duas das participantes fazem referência à família como uma fonte de segurança e proteção. Neste sentido, a segurança está menos relacionada com a pertença identitária e mais com o grau de intimidade e previsibilidade das pessoas que as rodeiam. Uma destas participantes destaca de forma muito clara uma dimensão de suporte afetivo positivo no seio familiar, que contrasta com outras experiências de rejeição frequentemente vividas por pessoas trans, sublinhando ter uma relação muito próxima e afetiva com a sua família, descrevendo-a como uma fonte estável de amor e proteção. Este apoio familiar permite-lhe não apenas sentir-se segura, mas também lhe permite desempenhar um papel ativo de cuidadora emocional dentro da comunidade trans, oferecendo o tipo de afeto que ela própria recebe da família.

"Eu só sinto mesmo essa segurança quando estou em casa, quando estou em ambientes minimamente controlados ou com alguma pessoa conhecida, com família." (EM4 - mulher)

"(...) Por acaso tive sorte de a nível familiar ter uma família que me adora e me ama imenso, portanto esse tipo de amor eu não procuro, esse tipo de amor familiar, eu dou à vontade, a todos aqueles que precisarem de uma irmã. (...)" (EM2 - mulher)

Homens Trans

As respostas dos participantes homens trans à vitimização são marcadas por uma diversidade de estratégias que oscilam entre o isolamento, o confronto direto e a busca por redes de apoio informal.

A maioria dos participantes referem adotar estratégias de isolamento emocional, físico ou social como forma de lidar com os episódios de violência e discriminação. Este isolamento pode manifestar-se em forma de retraimento, evitação de interações sociais ou fuga emocional, como é o caso do uso de tabaco relatado por um dos participantes.

"Fechava-me um bocado dentro da minha bolha..." (EH1 - homem)

"Prefiro simplesmente processar o que aconteceu e fica... lá no passado." (EH2 - homem)

"Recorro mais ao tabaco... depois passa." (EH4 - homem)

A desconfiança em relação às instituições, especialmente à polícia e ao sistema judicial, é expressa de forma clara por dois dos participantes. A perceção de um sistema que revitimiza, desvaloriza as denúncias ou se mostra ineficaz é um elemento central nessas respostas. Um dos participantes, por exemplo, destaca o peso desproporcional que o processo de denúncia coloca sobre a vítima, enquanto outro participante relata ter optado por uma abordagem de autodefesa em vez de recorrer à polícia. Contrastando com estes dois participantes, existe um único participante que descreve um contacto direto com as forças policiais. A resposta institucional, no entanto, dependeu da ação de outra vítima.

"O processo de queixa é muito mais pesado para a vítima do que para o abusador." (EH2 - homem)

"Não... porque eu disse que se ele me voltasse a fazer isso, que eu é que lhe ia fazer a ele." (EH3 - homem)

"Liguei à polícia [...] apareceram passado uma hora." "Agora se eles apresentaram ou não queixa, não faço ideia..." (EH5 - homem)

As redes de apoio informal, compostas por amigos, colegas e parceiros/as afetivos/as, surgem como uma fonte importante de suporte emocional para a maioria dos participantes. Estas redes funcionam como espaços de escuta, acolhimento e validação frente às experiências de vitimização. No que diz respeito ao grupo de amigos, um dos participantes descreve a forma como a lealdade dos seus colegas funciona como uma proteção face a agressões verbais, mas destaca também a preocupação com a possibilidade de escalada para conflitos físicos ou consequências legais. Este participante sublinha que a defesa por parte do seu grupo pode resultar em situações que o expõem a novos riscos.

"Manda uma boca assim para doer e não, não, não são uma, não são duas, não são três pessoas, é o meu grupo todo que cai em cima da pessoa e depois pode gerar problemas tanto na... na justiça como fisicamente." (EH1 - homem)

A culpabilização internalizada é evidenciada de forma particularmente dolorosa por um dos participantes, que revela como as experiências anteriores de revitimização, incluindo a responsabilização por parte de terceiros, contribuíram para o enraizamento da culpa e para a ausência de respostas mais ativas diante das agressões.

"Virei mais uma vez a culpa para mim." "Disseram-me: 'O que é que eu estava a fazer no quarto com eles?'" (EH2 - homem)

No âmbito das relações familiares, e contrastando com as participantes mulheres trans, dois dos participantes relatam experiências de rejeição explícita, maioritariamente através da recusa em utilizar o nome atual dos participantes, culminando em relações profundamente fragilizadas e distantes, contribuindo para um ambiente de constante tensão familiar. No entanto, para um destes participantes a insegurança manifesta-se até em situações que, à primeira vista, poderiam ser interpretadas como positivas, como o momento em que os seus primos começaram a utilizar o seu nome atual. No entanto, a falta de controlo sobre a forma como essa informação foi transmitida acabou por gerar insegurança.

"A minha tia disse mesmo 'eu não te vou tratar por ele, não vou tratar por Rodrigo porque tu és mulher [...] e tu nunca vais ser um homem, nunca!'" (EH4 - *homem*)

"Talvez, outra pessoa que me possa sentir mais inseguro é o meu pai, porque o meu pai não aceita. (...) nós não temos uma relação sequer, temos uma relação péssima por isso." "Os meus primos começaram a chamar-me por Duarte e eu não estava à espera. E isso deixou-me inseguro. (...)" (EH3 - homem)

A análise das respostas à vitimização revela que, apesar de ambos os grupos utilizarem estratégias de gestão emocional e autoproteção, existem diferenças claras nas formas de lidar com o risco, nas atitudes face ao confronto, na relação com as forças policiais e na procura de apoio emocional. As respostas são moldadas por fatores como o género, o histórico de violência, a perceção de risco e a confiança nas instituições. Ou seja, as respostas à vitimização entre mulheres e homens trans refletem diferentes estratégias de sobrevivência emocional e física, fortemente marcadas pelo género, histórico de violência e nível de ameaça percebida. Enquanto as mulheres trans privilegiam o evitamento, as redes de suporte terapêutico/comunitário e evitam ativamente recorrer à polícia, os homens trans mostram maior tendência ao isolamento, ao silenciamento e, por vezes, ao enfrentamento direto, com confiança reduzida em recursos institucionais.

A relação com família e amigos aparece como um fator de proteção importante, mas também como uma fonte de insegurança ou ambivalência. As formas como esta situação se manifesta diferem substancialmente entre mulheres trans e homens trans. Neste sentido, para as mulheres trans, a segurança é construída tanto por proximidade identitária (como pessoas e ambientes Queer) e camuflagem quando estão com pessoas cis no contexto público, quanto por vínculos afetivos positivos (como a família), enquanto para os homens trans, o espaço familiar e os círculos sociais mais próximos muitas vezes funcionam como uma fonte de insegurança ou ambivalência.

Grupo IV- Discussão dos resultados

A análise das entrevistas semiestruturadas permite uma compreensão aprofundada das formas como mulheres trans e homens trans experienciam e interpretam a insegurança em contextos urbanos. Em consonância com os objetivos do estudo, os dados revelam que a experiência da insegurança se constrói a partir da articulação entre diferentes dimensões de ordem pessoal — como a leitura social do corpo e a passabilidade, a condição trans enquanto posição existencial vulnerável e a exposição aos riscos associados à condição feminina — e fatores de natureza espácio-temporal e social, incluindo a identificação de contextos e atores percecionados como ameaçadores, as experiências diretas de vitimização e as estratégias mobilizadas para lidar com a violência e o medo. A análise evidencia ainda importantes assimetrias entre mulheres trans e homens trans, tanto na forma como experienciam a insegurança como nas respostas que desenvolvem. A discussão dos resultados organiza-se em função destas dimensões, iniciando com a identificação de três componentes estruturais do sentimento de insegurança, seguindo-se a análise das situações e contextos de risco, das formas de vitimização, das estratégias de autoproteção e resistência emocional, bem como das diferenças de género observadas.

Um dos principais resultados deste estudo é a identificação de três componentes estruturais que organizam o sentimento de insegurança vivido por mulheres e homens trans: visibilidade/passabilidade, condição trans e ser mulher. Estas componentes interpenetram-se e atuam de forma diferenciada, dependendo dos percursos identitários, do contexto social e dos regimes de reconhecimento — ou seja, das formas como a identidade de género é socialmente validada ou recusada.

A primeira componente — visibilidade/passabilidade — diz respeito à relação entre a leitura social do corpo e a perceção do risco. A intensidade da insegurança ligada à visibilidade não depende apenas de fatores contextuais, como a hora do dia ou a composição do grupo, mas sobretudo da passabilidade: o processo pelo qual o corpo trans adquire traços fenotípicos próximos da norma cisgénero, permitindo uma leitura da identidade de género sem conflitos aparentes. Quanto maior a passabilidade, menor é a perceção de risco de ser identificado como trans. Este mecanismo, amplamente discutido na literatura (Yavorsky & Sayer, 2013; Duque, 2020), funciona como uma forma de proteção, mas acarreta um custo psicológico significativo, dado o esforço constante de vigilância da aparência e o medo persistente da "descoberta". Essa ansiedade não se

restringe ao medo de agressão física; inclui uma inquietação antecipatória contínua, revelando uma forma internalizada de transfobia que afeta profundamente a experiência emocional das pessoas trans.

A segunda componente — condição trans — ultrapassa as situações contextuais e as fases da transição, referindo-se a uma vulnerabilidade mais estrutural. Esta acompanha as pessoas trans independentemente do grau de passabilidade ou da exposição situacional e é sentida como uma condição persistente. Sustentada por um regime social que promove a cisnormatividade como norma única de legibilidade identitária (Turner & Combs, 2009), esta insegurança difusa exige uma compreensão que vá para além da visibilidade física, reconhecendo a dimensão simbólica da transfobia e a fragilidade existencial da posição trans. Mesmo em ambientes acolhedores, como certos espaços queer, a condição trans pode constituir fonte de insegurança, devido ao risco coletivo de assédio ou violência.

A terceira componente — ser mulher — sobressai nas experiências das mulheres trans que assumem e alcançam reconhecimento social na identidade feminina. Esta transição implica a perda da "segurança masculina" anterior e a exposição a um regime de insegurança particular, marcado pelos riscos associados à feminilidade num contexto social misoginizado. A violência simbólica e física que acompanha a feminilidade é intensificada pela transfobia, configurando uma dupla exposição. Esta realidade confirma a hipótese da "sombra da agressão sexual" de Ferraro (1995), segundo a qual o medo da violência sexual estrutura a vivência das mulheres no espaço público, situação que para as mulheres trans se agrava com a ameaça adicional da transfobia.

Estas três componentes estruturais ajudam a compreender os padrões distintos na vivência da insegurança entre mulheres e homens trans, articulando-se com as teorias presentes na literatura. Embora ambos partilhem um sentimento de vulnerabilidade ampliado pela identidade de género, as suas experiências concretas diferem significativamente, influenciadas por dinâmicas de hipervisibilidade, normas de género e contextos espaciais.

No caso das mulheres trans, a insegurança manifesta-se como uma dupla camada de risco: enfrentam as mesmas ameaças que as mulheres cisgénero — como assédio sexual e objetificação — mas também o perigo específico da violência transfóbica que emerge quando a sua identidade trans é "descoberta". Esta dualidade torna-se evidente em situações de olhares insistentes em espaços públicos, interpretados não apenas como assédio, mas como prenúncio de agressão física ou verbal. A internalização de uma

feminilidade normativa, incluindo a adoção de vestuário feminino como vestidos curtos ou saltos altos, aumenta a sensação de vulnerabilidade ao restringir a mobilidade e a capacidade de fuga (Yavorsky & Sayer, 2013). A violência verbal transfóbica funciona ainda como um "signal crime" (Innes, 2004), antecipando a possibilidade de escalada para agressões mais graves.

Os contextos que aumentam a insegurança para as mulheres trans incluem espaços noturnos e mal iluminados, locais com elevada concentração de homens alcoolizados (bares, discotecas) e espaços que exigem exposição corporal (balneários, praias). Estes ambientes revelam-se particularmente perigosos pela conjugação entre desordem social (Skogan, 1986) e rigidez das normas de género (Jesus, 2012), que tornam o corpo trans um alvo frequente de violência. Homens, sobretudo em grupo, são identificados como os principais autores destas ameaças, em contextos marcados por comportamentos associados à masculinidade hegemónica, crises identitárias e violência sexual.

Por outro lado, os homens trans experienciam a insegurança de forma distinta, centrando-se mais na invisibilidade e na falta de aceitação social do que numa ameaça corporal direta. O medo de agressões físicas ou verbais está frequentemente ligado a relatos de violência contra a comunidade LGBTQ+ (Kidd & Witten, 2007), criando um clima de ameaça constante. No entanto, a sua principal fonte de ansiedade prende-se com a falta de reconhecimento social, seja através do uso do nome anterior à transição (deadname), da rejeição de que são alvo no local de trabalho ou da dificuldade em aceder a espaços binários. Zonas rurais, culturalmente conservadoras, e eventos com grandes multidões são assinalados como espaços críticos, devido à baixa visibilidade da diversidade de género e à imprevisibilidade de comportamentos sob efeito de álcool.

Tal como as mulheres trans, os homens trans apontam grupos de homens como as principais fontes de insegurança, associadas a expressões de masculinidade tóxica. No entanto, as razões subjacentes a esse medo divergem: enquanto as mulheres trans receiam sobretudo a violência sexual ou física, os homens trans temem agressões motivadas pela não-conformidade de género e pela pressão para se adequarem a padrões normativos. Esta distinção evidencia as diferentes formas como as normas de género produzem vulnerabilidades: para as mulheres trans, a hipervisibilidade do corpo constitui um fator de risco acrescido; para os homens trans, é a invisibilidade e a negação da sua identidade que alimentam a insegurança.

As experiências de vitimização evidenciam diferenças significativas entre mulheres trans e homens trans, ainda que ambas se encontrem profundamente enraizadas

na transfobia e nas normas de género hegemónicas. No caso das mulheres trans, a vitimização assume uma forma particularmente multifacetada, marcada pela hipersexualização, pela violência sexual — tanto em espaços públicos como em contextos íntimos — e pela exclusão social e institucional. Os episódios de assédio sexual em espaços públicos, a violência física ou sexual perpetrada por parceiros ou conhecidos, e as humilhações públicas mediadas por tecnologias, como filmagens não consentidas, ilustram como os corpos trans femininos se tornam alvo de objetificação e agressão sistemática. Estas dinâmicas encontram paralelo no conceito de "heterossexualidade compulsória" (Yavorsky & Sayer, 2013), que pune aqueles que desafiam as normas de género e sexualidade. Para além disso, a violência institucional — manifestada pela exclusão em contextos laborais e educativos, bem como por ameaças explícitas — reforça os mecanismos de marginalização estrutural (Kidd & Witten, 2007; Jesus, 2012).

Por seu lado, os homens trans experienciam sobretudo formas de vitimização centradas na invalidação identitária e na violência psicológica. Comentários depreciativos sobre o passado enquanto mulheres, reparos ao tom de voz revelam uma pressão social para os participantes se conformarem com padrões hegemónicos de masculinidade, com impactos duradouros na autoperceção e no bem-estar psicológico (Doude & Cook, 2023). A hostilidade em espaços públicos também está presente, embora com menor enfoque na violência sexual explícita. Situações como o questionamento agressivo "woman or gay?" ou piropos mostram que a falta de passabilidade pode desencadear violência, mas esta tende a ser mais verbal e psicológica do que física. A estas experiências soma-se a ocorrência, por vezes recorrente, de abusos sexuais desde a infância, frequentemente silenciados pelo estigma. Embora a hostilidade nos espaços públicos esteja também presente, tende a manifestar-se mais através de agressões verbais e interpelações hostis — como o questionamento da identidade — do que por meio de violência física.

Estas diferenças entre mulheres e homens trans não anulam a existência de um fundo comum de vulnerabilidade, enraizado na transfobia e na rigidez das normas de género. Antes, revelam como a identidade trans se entrecruza com os modelos tradicionais de feminilidade e masculinidade, dando origem a formas diferenciadas de violência e exclusão. As mulheres trans são particularmente expostas a uma violência que conjuga misoginia e transfobia, traduzida na hipersexualização, objetificação e risco constante de agressão. Já os homens trans enfrentam sobretudo a pressão para se conformarem a padrões hegemónicos de masculinidade, sendo alvo de invalidação identitária e de processos de apagamento social da sua identidade.

A invisibilidade institucional afeta igualmente ambos os grupos: as mulheres trans veem a sua violência frequentemente descredibilizada, enquanto os homens trans, socializados para não revelar vulnerabilidade, raramente denunciam agressões (Sutton & Farrall, 2005).

A análise comparativa reforça estas diferenças nas respostas à vitimização entre mulheres e homens trans, apontando para padrões marcados pela socialização de género e pelas experiências vividas. Enquanto as mulheres trans adotam predominantemente estratégias de evitamento e valorizam a construção de redes comunitárias como forma de resistência, os homens trans tendem a recorrer ao isolamento ou ao confronto direto, refletindo padrões associados às socializações femininas e masculinas, respetivamente. No contacto com as instituições, embora ambos manifestem desconfiança, as mulheres trans enfatizam a transfobia institucional, ao passo que os homens trans destacam a ineficácia processual. As redes de apoio assumem assim características diferenciadas: para as mulheres trans, os espaços queer e as famílias afetivas funcionam como refúgios seguros; para os homens trans, estas redes apresentam maior ambivalência, combinando apoio emocional com riscos potenciais de conflito.

As estratégias de autoproteção das mulheres trans incluem o evitamento de confrontos diretos e a tentativa de camuflar a identidade através da passabilidade, alinhando-se com a literatura sobre medo do crime e comportamentos de proteção (Ferraro, 1995; Hale, 1996; Yavorsky & Sayer, 2013). A desconfiança nas autoridades policiais e judiciais, associada à revitimização institucional, reforça a preferência por redes informais de apoio, como grupos queer e terapia, que funcionam como espaços de validação e resistência emocional (Kidd & Witten, 2007; Turner & Combs, 2009; Duque, 2020).

Por sua vez, os homens trans recorrem frequentemente ao isolamento e à supressão emocional, em consonância com normas tradicionais de masculinidade (Sutton & Farrall, 2005; Choi & Merlo, 2021). A desconfiança no sistema judicial reforça a perceção de ausência de proteção eficaz, enquanto as redes informais, embora essenciais, podem paradoxalmente gerar riscos, dada a possibilidade de confrontos físicos (Killias, 1990). A culpabilização internalizada e a rejeição familiar agravam a vulnerabilidade, evidenciando a interseção entre transfobia e masculinidade (Doude & Cook, 2023). A complexidade da aceitação identitária manifesta-se ainda em situações aparentemente positivas, como o uso não consentido do nome social (Steensma et al., 2013).

Em suma, a articulação entre as três componentes estruturais do sentimento de insegurança — visibilidade/passabilidade, condição trans e ser mulher — oferece uma grelha integrada para compreender a construção da insegurança nas vidas das pessoas trans. Esta construção relaciona-se intrinsecamente com normas de género hegemónicas e regimes sociais de reconhecimento, evidenciando que a insegurança é um produto relacional e incorporado da desigualdade e da cisnormatividade. Para além da proteção individual, estes resultados apontam para a necessidade de transformações estruturais e institucionais que enfrentem as raízes da transfobia e das desigualdades de género.

Limitações e direções futuras

Apesar dos contributos relevantes desta investigação, é importante reconhecer algumas limitações que condicionam a generalização e amplitude dos resultados. A primeira limitação diz respeito ao caráter exploratório e sobretudo à dimensão reduzida da amostra, composta por nove participantes (cinco homens trans e quatro mulheres trans). Embora o objetivo do estudo seja compreensivo e não representativo, a reduzida diversidade dentro do próprio grupo limita a análise de outras interseccionalidades relevantes, como etnia, orientação sexual, classe social ou escolaridade, fatores que poderiam influenciar de forma significativa as vivências de insegurança.

Uma segunda limitação prende-se com a concentração geográfica dos participantes, uma vez que todos residem em cidades portuguesas. Esta delimitação territorial impossibilita uma comparação mais robusta entre contextos urbanos e rurais, bem como entre regiões com diferentes climas sociopolíticos ou níveis de visibilidade LGBTQIA+.

Outra limitação reside na metodologia de recolha de dados, baseada em entrevistas semiestruturadas. Apesar de ser apropriada para explorar em profundidade as narrativas individuais, esta técnica é sensível à dinâmica relacional entre entrevistador e entrevistado, podendo levar à omissão de informações por constrangimento, autorrepressão ou desejo de apresentar uma imagem socialmente aceitável. No entanto, as entrevistas foram pautadas por um grande nível de respeito e empatia, onde os entrevistados referiram sentir-se confortáveis com a entrevistadora para partilhar informações particularmente sensíveis e dolorosas. Apesar de as entrevistas terem sido realizadas em formato online, foi dedicada máxima atenção por parte da entrevistadora à linguagem não verbal, a qual foi assinalada entre parênteses na transcrição das entrevistas.

Por fim, a variabilidade nas fases da transição de género entre os participantes introduz assimetrias na análise comparativa. Nem todos os indivíduos entrevistados estavam no mesmo estágio de afirmação de género, o que influencia diretamente a forma como experienciam a passabilidade, a exposição social e o sentimento de insegurança. Ainda que essa heterogeneidade seja também um elemento que enriquece a análise, ela dificulta a comparação sistemática entre casos.

Tendo em conta os contributos e limitações identificados, emergem diversas pistas para investigações futuras que podem aprofundar e expandir o conhecimento sobre as experiências de insegurança das pessoas trans. Em primeiro lugar, seria relevante alargar a amostra a um número mais expressivo de participantes, assegurando uma maior diversidade, incluindo pessoas não-binárias, indivíduos de diferentes origens étnicas, classes sociais e orientações sexuais. Esta ampliação permitiria compreender como as múltiplas dimensões da identidade interagem com a insegurança.

Em segundo lugar, investigações futuras poderiam beneficiar de uma abordagem comparativa entre contextos urbanos e rurais de diferentes zonas de Portugal e diferentes países, para perceber de que forma o sentimento de insegurança se relaciona com fatores geográficos, culturais e políticos. Seria igualmente pertinente realizar estudos com caráter longitudinal, que acompanhassem pessoas trans ao longo do tempo percorrendo as fases da sua transição, permitindo analisar a forma como a experiência de insegurança se transforma, se estabiliza ou se intensifica com a evolução da passabilidade, do reconhecimento social ou da inserção em redes de apoio.

Adicionalmente, seria importante desenvolver investigações que explorem o papel das instituições públicas na prevenção da vitimização e promoção da segurança das pessoas trans. Estudos focados na formação de profissionais (como agentes policiais, educadores, profissionais de saúde ou assistentes sociais), na implementação de políticas públicas inclusivas e na construção de espaços urbanos mais seguros e acessíveis para todas as identidades de género.

Por fim, recomenda-se o aprofundamento da investigação através da combinação de métodos qualitativos e quantitativos, ampliando a compreensão sobre esta temática.

Referências bibliográficas

Balkin, S. (1979). Victimization rates, safety and fear of crime. Social problems, 26(3), 343-358.

Barriball, K. L., & While, A. (1994). Collecting data using a semi-structured interview: a discussion paper. Journal of Advanced Nursing-Institutional Subscription, 19(2), 328-335.

Blackstone, A. M. (2003). Gender roles and society.

Box, S., Hale, C., & Andrews, G. (1988). Explaining fear of crime. The British Journal of Criminology, 28(3), 340-356.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. Qualitative research in psychology, 3(2), 77-101.

Braun, V., & Clarke, V. (2012). Thematic analysis. American Psychological Association.

Braungart, M. M., Braungart, R. G., & Hoyer, W. J. (1980). Age, sex, and social factors in fear of crime. Sociological focus, 13(1), 55-66.

Brooks, D. J. (2010). What is security: Definition through knowledge categorization. Security Journal, 23, 225-239.

Buck, D. M. (2016). Defining transgender: What do lay definitions say about prejudice?. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, *3*(4), 465.

Choi, J., & Merlo, A. V. (2021). Gender identification and the fear of crime: do masculinity and femininity matter in reporting fear of crime?. Victims & Offenders, 16(1), 126-147.

Cops, D., & Pleysier, S. (2011). 'Doing gender'in fear of crime: The impact of gender identity on reported levels of fear of crime in adolescents and young adults. The British Journal of Criminology, 51(1), 58-74.

De Jesus, J. G. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*, *2*, 42.

De Sousa Guedes, I. M. E. (2016). Medo do Crime: Emergência, Reações Emocionais e Dircursos. Contributos para a Utilização de Multi-Metodologias (Doctoral dissertation, Universidade do Porto).

De Sousa Guedes, I. M. E. (2012). *Sentimento de Insegurança, Personalidade e Emoções Disposicionais: Que Relações?*(Doctoral dissertation, Universidade do Porto (Portugal)).

Diamond, L. M. (2020). Gender fluidity and nonbinary gender identities among children and adolescents. *Child Development Perspectives*, *14*(2), 110-115.

Diamond, M. (2002). Sex and gender are different: Sexual identity and gender identity are different. Clinical child psychology and psychiatry, 7(3), 320-334.

Doude, S., & Cook, C. L. (2023). Sexual minority vulnerability and fear of victimization. Victims & offenders, 18(2), 237-263.

Duque, T. (2020). A Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in) visibilidade trans. *História revista*, 25(3), 32-50.

Ferraro, K. F. (1995). Fear of crime: Interpreting victimization risk. SUNY press.

Ferraro, K. F. (1996). Women's fear of victimization: Shadow of sexual assault?. Social forces, 75(2), 667-690.

Fisher, B. S., & Sloan III, J. J. (2003). Unraveling the fear of victimization among college women: Is the "shadow of sexual assault hypothesis" supported?. Justice Quarterly, 20(3), 633-659.

Flick, U. (2009). Desenho da pesquisa qualitativa. In Desenho da pesquisa qualitativa (pp. 164-164).

Garofalo, J. (1979). Victimization and the fear of crime. Journal of research in crime and delinquency, 16(1), 80-97.

Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. Field methods, 18(1), 59-82.

Hale, C. (1996). Fear of crime: A review of the literature. *International review of Victimology*, *4*(2), 79-150.

Hill, G. D., Howell, F. M., & Driver, E. T. (1985). Gender, fear, and protective handgun ownership. Criminology, 23(3), 541-552.

Innes, M. (2004). Signal crimes and signal disorders: Notes on deviance as communicative action 1. *The British journal of sociology*, *55*(3), 335-355.

Johnston, L. (1996). What is vigilantism?. *The British Journal of Criminology*, *36*(2), 220-236.

Kidd, J. D., & Witten, T. M. (2007). Transgender and transsexual identities: The next strange fruit-hate crimes, violence and genocide against the global trans-communities. J. Hate Stud., 6, 31.

Kiger, M. E., & Varpio, L. (2020). Thematic analysis of qualitative data: AMEE Guide No. 131. Medical teacher, 42(8), 846-854.

Killias, M. (1990). Vulnerability: Towards a better understanding of a key variable in the genesis of fear of crime. Violence and victims, 5(2), 97-108.

Kuhn, A., & Agra, C. (2010). Somos Todos Criminosos? Casa das Letras.

LaGrange, R. L., & Ferraro, K. F. (1989). Assessing Age and Gender Differences in Perceived Risk and Fear of Crime. Criminology, 27(4), 697-720.

Liska, A. E., Sanchirico, A., & Reed, M. D. (1988). Fear of crime and constrained behavior specifying and estimating a reciprocal effects model. Social Forces, 66(3), 827-837.

Mesch, G. S. (2000). Perceptions of risk, lifestyle activities, and fear of crime. Deviant Behavior, 21(1), 47-62.

Pain, R. (2000). Place, social relations and the fear of crime: a review. Progress in human geography, 24(3), 365-387.

Parker, C., Scott, S., & Geddes, A. (2019). Snowball sampling. SAGE research methods foundations.

Perkins, D. D., & Taylor, R. B. (1996). Ecological assessments of community disorder: Their relationship to fear of crime and theoretical implications. American journal of community psychology, 24(1), 63-107.

Rader, N. (2017). Fear of crime. In *Oxford research encyclopedia of criminology and criminal justice*.

Riggs, S., & Cook, C. L. (2015). The shadow of physical harm? Examining the unique and gendered relationship between fear of murder versus fear of sexual assault on fear of violent crime. *Journal of interpersonal violence*, *30*(14), 2383-2409.

Skogan, W. G. (1986). The fear of crime and its behavioral implications. In From crime policy to victim policy: Reorienting the justice system (pp. 167-188). London: Palgrave Macmillan UK.

Skogan, W. G. (1987). The impact of victimization on fear. *Crime & Delinquency, 33(1), 135-154.*

Steensma, T. D., Kreukels, B. P., de Vries, A. L., & Cohen-Kettenis, P. T. (2013). Gender identity development in adolescence. *Hormones and behavior*, *64*(2), 288-297.

Sutton, R. M., & Farrall, S. (2005). Gender, socially desirable responding and the fear of crime: Are women really more anxious about crime?. *British Journal of Criminology*, *45*(2), 212-224.

Turner, L., Whittle, S., & Combs, R. (2009). Transphobic hate crime in the European Union. *London: Press for Change*.

Warr, M. (2000). Fear of crime in the United States: Avenues for research and policy. Criminal justice, 4(4), 451-489.

Whitzman, C. (2007). Stuck at the front door: gender, fear of crime and the challenge of creating safer space. *Environment and Planning A*, *39*(11), 2715-2732.

Wienclaw, R. A. (2011). Gender differences: Biology & culture. Sociology reference guide. Gender roles & equality, 15-23

Wilson James, Q., & Kelling George, L. (1982). Broken Windows: The police and neighborhood safety. Atlantic Monthly, 249(3), 29-38.

Yavorsky, J. E., & Sayer, L. (2013). "Doing fear": The influence of hetero-femininity on (trans) women's fears of victimization. The Sociological Quarterly, 54(4), 511-533.

Zedner, L. (2003). The concept of security: an agenda for comparative analysis. *Legal studies*, *23*(1), 153-176.

Anexos

Anexo 1: Consentimento informado relativo à participação na entrevista semiestruturada

Consentimento informado

Convidamo-lo a participar no estudo "Identidade de género (Transgénero-Transexual e Drag Queen) e a sua relação com as perceções sobre os espaços urbanos da cidade do Porto", que está a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado em Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, pela aluna Filipa Ventura, sob a orientação da Professora Carla Cardoso e coorientação da Professora Josefina Castro, que tem como objetivo direcionar o foco para a identidade de género com o intuito da criação de um espaço urbano mais seguro e integrativo, em Portugal.

A sua participação nesta entrevista é completamente voluntária, sendo que é livre de se retirar a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer consequência, da mesma forma, é livre de recusar-se a responder a qualquer pergunta.

O tratamento de dados obtidos garante o anonimato e confidencialidade, não sendo feito qualquer tipo de uso que possa revelar a identidade dos participantes. O material resultante da entrevista será armazenado num local seguro, sem qualquer informação que permita a sua identificação, sendo que será destruído após a finalização do presente estudo.

Encontro-me disponível para qualquer esclarecimento adicional, através do email up202209780@up.pt.

Agradecíamos a sua participação

A aluna:

_____

Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que:

1) Recebi uma cópia deste documento;
2) Li e compreendi a informação que consta neste documento e que fui devidamente informado e esclarecido dos objetivos e das condições de participação na entrevista;
3) Tive a oportunidade de realizar perguntas e de ser esclarecido sobre outros aspetos;

Data e local: _____

Assinatura do participante: _____

Anexo 2: Consentimento informado para proceder à gravação da entrevista

Consentimento informado

Convidamo-lo a participar no estudo "Identidade de género (Transgénero-Transexual e Drag Queen) e a sua relação com as perceções sobre os espaços urbanos da cidade do Porto", que está a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado em Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, pela aluna Filipa Ventura, sob a orientação da Professora Carla Cardoso e coorientação da Professora Josefina Castro.

No âmbito da participação nesta entrevista, tendo em vista a facilitação da recolha e análise da informação, pedimos a sua autorização para a gravação da mesma.

O tratamento de dados obtidos garante o anonimato e confidencialidade, não sendo feito qualquer tipo de uso que possa revelar a identidade dos participantes. O material resultante da entrevista será armazenado num local seguro, sem qualquer informação que permita a sua identificação.

Encontro-me disponível para qualquer esclarecimento adicional, através do email up202209780@up.pt.

Agradecíamos a sua participação

A aluna:

_____

Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que:

1) Autorizo a gravação da entrevista (assinalar com X a opção) Sim __ Não__

Data e local: _____

Assinatura do participante: _____

Anexo 3: Texto de divulgação do estudo para a participação

Participe na minha investigação desenvolvida no âmbito do Mestrado em Criminologia na FDUP sobre a identidade de género e a segurança nos espaços urbanos da cidade do Porto!

Se:

- É uma Mulher Trans, um Homem Trans ou um individuo de género fluído
- Mora ou frequenta a cidade do Porto
- É maior de 18 anos

A sua voz é crucial para a minha investigação de Mestrado.

Procuro participantes que queiram partilhar as suas experiências através de uma entrevista anónima (presencial ou on-line) realizada no âmbito da minha investigação que tem como objetivo compreender as perceções a respeito da segurança nos espaços urbanos e a sua relação com a identidade de género.

Se se identifica com estas caraterísticas, por favor, considere participar. A sua contribuição pode fazer a diferença.

Caso necessite de alguma informação adicional ou queira participar, envie mensagem privada ou um e-mail para genero.segurança@gmail.com

FACULDADE DE **DIREITO**